



INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MITSUKO HATSUMURA

IDENTIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
OLHARES SOBRE O ACOLHIMENTO A ESTUDANTES LGBTQIA+ NO IFSP

Campo Grande–MS
2024

MITSUKO HATSUMURA

**IDENTIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
OLHARES SOBRE O ACOLHIMENTO A ESTUDANTES LGBTQIA+ NO IFSP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Campo Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Azenaide Abreu Soares
Vieira

Campo Grande–MS

2024

H365i Hatsumura, Mitsuko

Identidade de gênero na Educação Profissional e Tecnológica: olhares sobre o acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no IFSP / Mitsuko Hatsumura. – Campo Grande-MS, 2024.

99 f. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Azenaide Abreu Soares Vieira.

Inclui tabelas.

1. Identidade de gênero. 2. Acolhimento. 3. LGBTQIA+. 4. IFSP. I. Vieira, Azenaide Abreu Soares. II. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD 23. ed. 373.182664



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMS)

Aos 14 dias do mês de outubro do ano de 2024, às 14:00 horas, reuniu-se (por webconferência) a Banca Examinadora composta pelos membros: Profa. Dra. Azenaide Abreu Soares Vieira, Profa. Dr. Dejahyr Lopes Junior (IFMS), Profa. Dra. Tatiele Pereira de Souza (IFPB), sob a presidência da primeira, para avaliação do trabalho da estudante: MITSUKO HATSUMURA, CPF 136.663.858-18, Linha de Pesquisa “Práticas Educativas em EPT” Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título “Identidade de gênero na Educação Profissional e Tecnológica: olhares sobre o acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no IFSP”, e orientação de Azenaide Abreu Soares Vieira. A presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os membros. A seguir, concedeu a palavra à estudante, que expôs seu Trabalho de Conclusão de Curso. Terminada a exposição, os membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, a presidente da banca fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se em grupo virtual à parte para avaliação e emitiu, em seguida, parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR	AVALIAÇÃO
Dra. Azenaide Abreu Soares Vieira (Orientadora)	APROVADA
Dr. Dejahyr Lopes Júnior (Interno)	APROVADA
Dra. Tatiele Pereira de Souza (Externo)	APROVADA

RESULTADO FINAL:

(x) Aprovação () Reprovação

OBSERVAÇÕES:

Juntamente com a dissertação citada anteriormente foi também validado pela banca avaliadora o produto educacional intitulado “Respeitando as diferenças: guia para acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na Educação Profissional e Tecnológica”. A discente terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias para realizar as modificações recomendadas pela banca e entrega da versão final da dissertação e do produto educacional.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela participação.

Azenaide Abreu Soares Vieira

Mitsuko Hatsumura

Presidente da Banca Examinadora

Estudante

Documento assinado eletronicamente por:

- **Azenaide Abreu Soares Vieira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/10/2024 10:06:20.
- **Dejahyr Lopes Junior**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/10/2024 11:30:41.
- **Tatiele Pereira de Souza**, Tatiele Pereira de Souza - Membro(a) de mestrado - Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia da Paraiba (10783898000175), em 25/10/2024 15:46:21.
- **Mitsuko Hatsumura**, Mitsuko Hatsumura - Estudante - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Campo Grande (1), em 28/10/2024 07:50:34.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 481860

Código de Autenticação: 73a84bc75f



Dedico este trabalho a minha família, Akemi e Kami, pelo apoio constante, suporte incondicional e por estarem sempre ao meu lado, fortalecendo-me nos momentos mais difíceis. Ao meu pai, Jorge (*in memoriam*), que, embora não esteja mais entre nós, permanece presente em minha memória e em meu coração. À minha mãe, Rosa, meu maior exemplo, por todo o amor, dedicação incondicional e cuidado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, por todas as bênçãos e lições aprendidas.

A minha família, Akemi e Kami, pelo carinho, amor e por compreenderem minha ausência nos momentos de estudo. Aos meus “filhos pet”, Mew e Mia, que trouxeram alegria e leveza nos momentos de angústia e ansiedade.

Aos meus pais, pelo amor, dedicação e pelos valores ensinados. Em especial ao meu pai, Jorge (*in memoriam*), que perdi durante a pesquisa, e à minha mãe, Rosa, que criou seus quatro filhos com muito esforço e sempre desejou o melhor para nós. Aos meus irmãos, que mesmo distantes, sempre foram um alicerce e apoio emocional.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Azenaide Abreu Soares Vieira, minha eterna gratidão pela paciência, pelos ensinamentos e orientações. Suas palavras “confia no processo” foram um farol nos momentos mais difíceis, ajudando-me a seguir em frente. Chegamos, afinal!

Aos amigos e amigas, obrigada pela torcida e apoio. Vocês são especiais.

Ao coordenador do curso, Prof. Dr. Airton José Vinholi Júnior, pelo empenho, competência e prontidão em ajudar a todos. Aos docentes do mestrado, pelo ensino de conhecimentos essenciais e pela promoção de momentos únicos de troca e aprendizado. À Turma 2022, pelos momentos de debates, estudo, pelos deliciosos cafés. Ao nosso grupo de “Ornitorrincos” pela ajuda e incentivo. A Cleice, por compartilhar momentos de angústia, ansiedade e por suas palavras de apoio.

Agradeço às Prof.^a Gesilane e Tatiele e ao Prof.^o Dejahyr que compuseram a banca, pelos apontamentos e contribuições durante o exame de qualificação e defesa. A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, apoiaram e auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa, minha gratidão. Às/Aos estudantes e servidoras/es que participaram da pesquisa, pela disponibilidade e colaboração.

Agradeço ao IFMS, pela oportunidade de concretizar este sonho e à direção-geral do IFSP-Campus Presidente Epitácio pelo afastamento concedido, que foi importante para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Concluir este capítulo é um marco emocionante na minha jornada. Cansada, mas repleta de alegria, celebro com orgulho o fato de ser a primeira da minha família a conquistar o título de MESTRA. Gratidão a todas e todos!

RESUMO

A diversidade de gênero é uma realidade nas instituições educacionais, incluindo o Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio (IFSP-PEP). Um exemplo significativo dessa realidade ocorreu quando um estudante transexual solicitou o uso do banheiro masculino, o que despertou reflexões sobre as práticas de acolhimento no *campus*. A partir de tal acontecimento, surge o interesse em buscar respostas à pergunta: quais ações práticas de acolhimento para estudantes LGBTQIA+ são realizadas durante o período de estudo no Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio? Tal pergunta orienta o objetivo geral da presente pesquisa, que é analisar as estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no contexto do Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio. Os objetivos específicos incluíram: identificar as diretrizes de acolhimento de estudantes LGBTQIA+ do Instituto Federal de São Paulo; compreender a percepção de estudantes LGBTQIA+ sobre os mecanismos de acolhimento promovidos pelo IFSP-*Campus* Presidente Epitácio; analisar como a comunidade acadêmica acolhe as/os estudantes LGBTQIA+ do IFSP-*Campus* Presidente Epitácio e desenvolver um guia orientativo referente a diversidade de gênero/sexualidade e estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ da Educação Profissional e Tecnológica. Os participantes do estudo são estudantes LGBTQIA+ do Ensino Médio Integrado e de cursos superiores, bem como servidores do IFSP-PEP. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, descritiva-explicativa. Como procedimento prático foi utilizado a metodologia da problematização com o Arco de Maguerez. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram documentos institucionais, entrevista e questionário. Os dados foram sistematizados com base nos pressupostos teóricos da Análise Textual Discursiva (ATD). Como produto educacional, foi elaborado um guia interativo baseado nas percepções dos participantes sobre o acolhimento, que se revelou essencial para divulgar informações sobre diversidade de gênero e sexualidade, e orientar práticas de acolhimento no ambiente escolar à comunidade LGBTQIA+. Os resultados da pesquisa apontam tanto avanços, como a realização da Semana da Diversidade, quanto desafios a serem superados para criar um ambiente mais inclusivo no IFSP-PEP. O guia interativo desenvolvido reflete as necessidades e sugestões dos participantes e se estabelece como um recurso importante para futuras práticas de acolhimento, com potencial de promover maior visibilidade e inclusão da comunidade LGBTQIA+ no contexto educacional.

Palavras-Chave: Identidade de Gênero. Acolhimento. LGBTQIA+ IFSP.

ABSTRACT

Gender diversity is a reality in educational institutions, including the Federal Institute of São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio (IFSP-PEP). A significant example of this reality occurred when a transgender student requested to use the men's bathroom, which sparked reflections on welcoming practices on *campus*. This led to an interest in finding answers to the question: what practical welcoming actions for LGBTQIA+ students are carried out during the study period at the Federal Institute of São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio? This question guides the general objective of this research, which is to analyze welcoming strategies for LGBTQIA+ students in the context of the Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio. The specific objectives included: identifying the guidelines for welcoming LGBTQIA+ students at the Federal Institute of São Paulo; understand the perception of LGBTQIA+ students about the welcoming mechanisms promoted by the IFSP-*Campus* Presidente Epitácio; analyze how the academic community welcomes LGBTQIA+ students at the IFSP-*Campus* Presidente Epitácio and develop a guide regarding gender/sexuality diversity and welcoming strategies for LGBTQIA+ students in Professional and Technological Education. The study participants are LGBTQIA+ students from Integrated High School and higher education courses, as well as staff from IFSP-PEP. The research is applied in nature, with a qualitative, descriptive-explanatory approach. As a practical procedure, the problematization methodology with the Maguerez Arch was used. The instruments used for data collection were institutional documents, interviews, and questionnaires. The data were systematized based on the theoretical assumptions of Discursive Textual Analysis (DTA). As an educational product, an interactive guide was created based on the participant's perceptions about welcoming. The guide proved to be essential for disseminating information about gender and sexuality diversity, and guiding welcoming practices in the school environment for the LGBTQIA+ community. The research results point to both advances, such as the holding of Diversity Week, and challenges to be overcome to create a more inclusive environment at IFSP-PEP. The interactive guide developed reflects the participant's needs and suggestions and establishes itself as an important resource for future reception practices, with the potential to promote greater visibility and inclusion of the LGBTQIA+ community in the educational context.

Keywords: Gender Identity. Welcoming. LGBTQIA+ IFSP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de cada letra LGBTQIA+ e suas definições.....	35
Quadro 2 - Perfil das/os participantes da pesquisa - Estudantes.....	43
Quadro 3 - Perfil das/os participantes da pesquisa - Servidores.....	44
Quadro 4 - Categorias, inferências e porcentagens - Estudantes.....	57
Quadro 5 - Categorias, inferências e porcentagens - Servidores.....	63
Quadro 6 - Quadro comparativo.....	69
Quadro 7 - Resultado da avaliação do Produto Educacional.....	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura conceitual e metodológica da pesquisa.....	15
Figura 2 - Organização do Arco de Maguerez.....	48
Figura 3 – Página inicial do Produto Educacional.....	77
Figura 4 – Página com índice do Guia Interativo.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AC – Análise de Conteúdo
- AD – Análise do Discurso
- ATD – Análise Textual Discursiva
- BCC – Bacharelado em Ciência da Computação
- BEE – Bacharelado em Engenharia Elétrica
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAE – Coordenadoria de Apoio ao Ensino
- CE – Critério de Exclusão
- CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CI – Critério de Inclusão
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CRA – Coordenadoria de Registros Acadêmicos
- CSP – Coordenadoria Sociopedagógica
- EMI – Ensino Médio Integrado
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- EST – Estudante
- FIC – Formação Inicial e Continuada
- GOOGLE FORMS – Formulário online de coleta de dados
- ICBR – Instituto Câncer Brasil
- IFs – Institutos Federais
- IFSP – Instituto Federal de São Paulo
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Travestis/Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais e outras identidades de gênero e expressões da sexualidade não hegemônicas
- LPE – Licenciatura em Pedagogia
- MEC – Ministério da Educação
- NUGS – Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade
- OE – Objetivo Específico
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PE – Produto Educacional

PEP – Presidente Epitácio

PNEE – Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

PNH – Política Nacional de Humanização

PROEJA – Educação de Jovens e Adultos

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

QR CODE – Quick Response Code (Código de resposta rápida)

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SERV – Servidor(a)

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TII – Técnico Integrado em Informática

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Educação Profissional Tecnológica no Brasil	17
2.1.1 A expansão da Educação Profissional	17
2.1.2 Os Institutos Federais: um marco na Educação Profissional e Tecnológica	20
2.1.3 Formação Humana na Educação Profissional e Tecnológica	21
2.2 Gênero e Diversidade: Reflexões Contemporâneas	22
2.2.1 Entendendo gênero e sexualidade na escola	25
2.2.2 Diversidade de Gênero: construções e identidades	28
2.2.3 Diversidade sexual e de gênero: desafios e avanços	30
2.2.4 Explorando a diversidade e identidade LGBTQIA+	34
2.3 Acolhimento: Conceito e Prática	36
2.3.1 Conceito de Acolhimento	36
2.3.2 Práticas de Acolhimento	38
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	42
3.1 Contexto da Pesquisa	42
3.2 Participantes da Pesquisa	43
3.3 Procedimentos Teórico-Metodológicos	45
3.4 Procedimentos Práticos	46
3.4.1 Procedimentos práticos para realização da pesquisa	46
3.4.2 Procedimentos práticos	48
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	50
4.1 Diretrizes de Acolhimento a Estudantes LGBTQIA+	50
4.1.1 Descrição das diretrizes	50
4.1.2 Análise das diretrizes	55
4.2 Acolhimento no IFSP– PEP: Percepção de Estudantes LGBTQIA+	58
4.2.1 Semana da Diversidade	59
4.2.2 Palestras e eventos	60
4.2.3 Debates e discussões	61
4.2.4 Suporte Psicológico	62
4.2.5 Inclusão de Nome Social	63
4.3 Acolhimento no IFSP-PEP: Percepção de Servidores	64
4.3.1 Semana da Diversidade	65
4.3.2 Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero	66
4.3.3 Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS)	67
4.3.4 Implementação do Nome Social	69
4.4 Comparativo dos Resultados e Encaminhamentos	70
4.4.1 Comparativo dos Resultados	70

4.4.2 Encaminhamentos	71
5 PRODUTO EDUCACIONAL: O GUIA ORIENTATIVO PARA EPT	77
5.1 Aplicação e Avaliação do Produto Educacional	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - ESTUDANTES	95
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - SERVIDORES	96
APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	97
APÊNDICE D - PRODUTO EDUCACIONAL	99

1 INTRODUÇÃO

A temática acerca de identidade de gênero e orientação sexual tem sido amplamente discutida em diferentes contextos sociais, sobretudo no espaço escolar. A escola, enquanto instituição social, é lugar de convivência de pessoas de variadas culturas, raças, etnias, religiões, gêneros e orientações sexuais, cada uma com diferentes formas de pensar, constituindo-se em um local de construção, desconstrução e reconstrução de conhecimentos, favorecendo a transformação social e cultural. Não obstante, registros históricos revelam que, por muitos anos, estudantes LGBTQIA+ foram invisibilizados, fato que gerou em muitas pessoas sofrimento e isolamento social (Barros, 2014).

A abordagem da diversidade de gênero e sexualidade surgiu a partir da trajetória profissional desta pesquisadora como servidora técnico-administrativa no Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio (IFSP-PEP), no cargo de Assistente de Alunos desde 2013. Nessa temática, percebi que as questões de gênero e sexualidade são realidades no cotidiano do *campus*, havendo uma variedade de estudantes LGBTQIA+. Todavia, o tema em questão passou a gerar maiores inquietações, tornando-se objeto de estudo dessa pesquisa a partir de uma situação vivenciada no *campus*. No início do ano letivo de 2022, um estudante transexual¹ se apresentou à instituição com o pedido de utilização do sanitário masculino. Diante desse fato, o IFSP-PEP não sabia o que fazer e não conseguiu deliberar uma resposta para o requerimento do estudante, sendo o fato encaminhado à Reitoria. Esse acontecimento revelou que a instituição não estava preparada para lidar com tal assunto.

Ante a relevância do tema exposto, a presente pesquisa é norteada pelos seguintes questionamentos: como estudantes LGBTQIA+ têm sido acolhidos/as pelo IFSP-PEP? Há diretrizes institucionais de orientação a ações de acolhimento de estudantes LGBTQIA+? Quais práticas pedagógicas de acolhimento podem ser promovidas para estudante LGBTQIA+ durante o período de estudo?

Diante de tais questionamentos, o objetivo da pesquisa é analisar as estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no contexto do Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio. Para tanto, tem-se como objetivos

¹ É uma pessoa cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascimento.

específicos: i) identificar as diretrizes de acolhimento de estudantes LGBTQIA+ do Instituto Federal de São Paulo; ii) compreender a percepção de estudantes LGBTQIA+ sobre os mecanismos de acolhimento promovidos pelo IFSP-*Campus* Presidente Epitácio; iii) analisar como a comunidade acadêmica acolhe as/os estudantes LGBTQIA+ do IFSP-*Campus* Presidente Epitácio; iv) desenvolver um guia orientativo referente a diversidade de gênero/sexualidade e estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ da Educação Profissional e Tecnológica.

No que tange aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa, e do tipo descritivo-explicativo. A pesquisa teve como contexto de investigação o Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio (IFSP-PEP), com participantes da pesquisa sendo estudantes LGBTQIA+, servidoras e servidores do IFSP-PEP. O método utilizado fundamentou-se na Metodologia Dialética da Problematização com o Arco de Magueréz.

Para tratamento dos dados e geração dos resultados foram seguidas as etapas da Análise Textual Discursiva (ATD). A coleta de dados ocorreu a partir de análise documental, da realização de entrevista com estudantes e servidoras/es do IFSP-PEP, assim como, questionário de avaliação do Produto Educacional.

A estrutura da pesquisa está organizada conforme ilustrada na figura 1:

Figura 1 - Estrutura conceitual e metodológica da pesquisa



A relevância da pesquisa está no fato de haver poucas informações e pesquisas voltadas ao tema acolhimento a estudantes LGBTQIA+. Sendo assim, defendemos a relevância da reflexão acerca do acolhimento escolar para tais estudantes, cujo histórico é de exclusão social.

A partir do resultado da pesquisa, elaboramos o Produto Educacional (PE) em formato de conteúdos interativos, intitulado: “Respeitando as diferenças: Guia para acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na Educação Profissional e Tecnológica”. Este guia interativo foi criado para proporcionar uma ferramenta prática e acessível capaz de auxiliar educadoras/es e gestoras/es escolares na promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor para todas/os as/os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Para facilitar a compreensão do desenvolvimento desta pesquisa, o trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo contém a introdução, na qual são apresentadas as principais motivações, o contexto, a problemática e a justificativa da investigação; além disso, são delineados os objetivos e as questões orientadoras do projeto. O segundo capítulo abrange o referencial teórico que embasa a pesquisa, abordando a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, sua expansão, os Institutos Federais e a formação humana nesse contexto, assim como os conceitos de diversidade de gênero e sexualidade e práticas de acolhimento. No terceiro capítulo, descreve-se a metodologia empregada, incluindo o contexto da pesquisa, a caracterização dos/as participantes e os procedimentos teóricos e práticos adotados. No quarto capítulo, procede-se à análise dos dados coletados, utilizando a Análise Textual Discursiva (ATD) para discutir e interpretar os resultados. O quinto capítulo apresenta o produto educacional: um guia interativo. Por fim, no sexto capítulo, nas considerações finais, sintetiza-se o percurso da pesquisa, avaliando o alcance dos objetivos e sugerindo novos estudos ou futuras abordagens. As referências bibliográficas utilizadas encerram o trabalho, fundamentando toda a investigação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos que norteiam a pesquisa. Primeiramente, discutimos os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, a expansão e o papel dos Institutos Federais como lugar de formação integral do ser humano. Em seguida, abordamos os conceitos de diversidade, incluindo questões de gênero, identidade de gênero, diversidade sexual e LGBTQIA+. Por fim, apresentamos uma breve discussão sobre o acolhimento, seus conceitos e práticas na Educação Profissional e Tecnológica.

2.1 Educação Profissional Tecnológica No Brasil

2.1.1 A expansão da Educação Profissional

O ser humano se destaca na natureza por sua capacidade de garantir sua sobrevivência, diferente dos animais que dependem da adaptação ao ambiente para sobreviver. Diante disso, o ser humano é obrigado a se adaptar conforme as suas necessidades, e essa transformação da natureza em função dessas instâncias é denominada de trabalho. Como o trabalho é uma ação essencialmente humana, a existência não é simplesmente dada à pessoa, mas sim constituída por ela. É por meio do trabalho que a pessoa não apenas existe, mas também aprende a construir sua própria existência (Saviani, 2007).

Saviani (2007) explica que a produção humana é também um processo de formação humana, de modo que o trabalho, enquanto resultado dessa produção, se torna uma atividade educativa. Somente o ser humano consegue transformar conscientemente a natureza, estabelecer relações com outros seres e, através desse processo, educar-se e educar as futuras gerações. Em complemento, a autora Ciavatta (2008) destaca a relação estreita entre trabalho e educação, sublinhando o trabalho como princípio educativo intrinsecamente ligado ao “[...] caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (Ciavatta, 2008, p. 408). Em seus primórdios, à medida que o ser humano necessitava trabalhar para garantir a sobrevivência, a educação acontecia durante o próprio trabalho, de forma espontânea. Entretanto, com o surgimento da propriedade privada da terra e a divisão de classes entre pessoas (proprietárias e não proprietárias), educação e trabalho foram separados, o que levou à institucionalização da educação. Isso provocou a

discrepante dualidade entre a formação propedêutica, voltada para uma educação intelectual, e a formação profissional, destinada para o trabalho manual (Saviani, 2007). Até no século XIX, no Brasil, existia apenas a educação propedêutica para as elites, enquanto às pessoas menos favorecidas foi instituída a educação profissional em 1809, com a criação do Colégio das Fábricas para instruir pequenos ofícios para as crianças pobres, órfãs e abandonadas.

A educação profissional, portanto, tem suas origens de cunho assistencialista e pouco emancipatória, com o intuito de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, para que estes não praticassem ações em oposição aos costumes e tradições estabelecidas. Um século depois, em 1909, com esse mesmo propósito foram formadas as Escolas de Aprendizes Artífices (Ramos, 2014). Em 1937, com as indústrias nacionais exigindo uma mão de obra qualificada com formação técnica, o governo instituiu as escolas industriais para atender a essa demanda, chamadas Liceus Industriais, em substituição às Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 1942, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, promoveu uma série de mudanças no sistema educacional, instituídas através das Leis Orgânicas do Ensino. Dentre o conjunto de leis, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que extinguiu os estabelecimentos federais de ensino industrial, como os Liceus Industriais, e passou a considerar como instituições pertencentes à rede federal, as escolas técnicas, as industriais, as artesanais e as de aprendizagem (Brasil, 1942). Com isso, os Liceus Industriais passaram a ser denominados Escolas Industriais e Técnicas, que, em 1959, transformou-se em Escolas Técnicas Federais.

Segundo a autora Ramos (2014), o quadro de industrialização no país exigiu maior qualificação de mão de obra, por isso o ensino profissional sempre foi voltado para a formação de pessoas trabalhadoras qualificadas para o mercado de trabalho. Então, a formação intelectual foi voltada para a elite brasileira por muitos anos. Todavia, a Lei n.º 4.024/1961 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe mudanças significativas ao estabelecer a plena equivalência entre a educação profissional e propedêutica, ou seja, todas/os as/os estudantes provenientes da educação profissional poderiam dar continuidade aos estudos no ensino superior (Kuenzer, 2000). Mas a dualidade permaneceu nos currículos, pois as escolas da elite beneficiavam os conteúdos exigidos nos processos seletivos, ao passo que, nos cursos profissionalizantes, havia uma restrição dos conteúdos devido à necessidade de priorizar o ensino de disciplinas de ordem técnica. O Decreto n.º 2.208/97

estabeleceu que o ensino médio deveria ser ofertado de forma propedêutica, enquanto os cursos técnicos passaram a ser ofertados nas formas concomitantes ou sequenciais. Esta legislação esclarece o caráter fragmentado e aligeirado da educação profissional, cuja finalidade era para atender, exclusivamente, às necessidades do mercado, reforçando novamente a existência da dualidade entre o ensino propedêutico e o ensino profissional.

O marco histórico para a Educação Profissional foi a revogação do Decreto n.º 2.208/97, com o Decreto n.º 5.154/04, que trouxe a perspectiva de integração do ensino médio com o ensino profissional (Ensino Médio Integrado) em um único currículo. Nesse sentido, o Ensino Médio:

[...] deve ser orientado, tanto em sua vertente dirigida aos adolescentes como ao público da EJA, à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivo (Moura, 2007, p. 20).

Em 2008, para redirecionar, institucionalizar e integrar os atos da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da profissional e tecnológica, foi sancionada a Lei n.º 11.741/2008. Desse modo, alguns dispositivos da LDB² foram modificados pela referida lei, a fim de incluir os termos do Decreto n.º 5.154/2004 (Ramos, 2014). Ainda em 2008, por meio da Lei n.º 11.892 de 29 dezembro de 2008, foram instituídos os Institutos Federais (IFs), os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II (Brasil, 2008).

Consoante as informações do portal MEC³, o Brasil possuía, em 2019, 661 unidades descentralizadas de ensino, os chamados *campi*, vinculados a 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), e 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II.

Com vista ao que foi apresentado, na sequência discutimos o papel dos Institutos Federais a fim de elucidar o contexto da presente investigação.

² Refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

³ Ministério da Educação

2.1.2 Os Institutos Federais: um marco na Educação Profissional e Tecnológica

Os Institutos Federais (IFs) surgiram como uma resposta às demandas por uma formação técnica de qualidade, alinhada às necessidades do mundo do trabalho e às transformações sociais. Os IFs também se destacam por promover a inclusão social, formação cidadã e desenvolvimento regional.

A aprovação da Lei n.º 11.892/2008 significa um marco histórico da educação profissional, por permitir a formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), responsável pela oferta de diversas modalidades de ensino, como: cursos de Ensino Médio Integrado (EMI), cursos Técnicos Concomitantes e Subsequentes, Graduações (licenciaturas, tecnologias e engenharias), cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (especializações) e Stricto Sensu (mestrados acadêmico ou profissional), além de, cursos de Extensão de Formação Inicial e Continuada (FIC). Segundo Ramos (2014), os institutos são definidos:

[...] como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Ramos, 2014, p. 79).

Os IFs “[...] são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal” (Pacheco, 2015, p.12). Os IFs surgem como uma nova abordagem de ensino profissional e tecnológico. A estrutura multicampi dos IFs e o compromisso com a intervenção nas respectivas regiões são indicativos claros do comprometimento dessas instituições com sua proposta de criação, visando a identificação de problemas e deficiências locais, em consonância com a ciência e a tecnologia, e a promoção do crescimento e desenvolvimento regional por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão (Pacheco, 2015).

A estrutura pedagógica das instituições ligadas à RFEPCT, desde o ensino básico até o superior, é fundamentada na ideia de verticalização, permitindo que estudantes construam sua formação em um mesmo eixo tecnológico, na mesma instituição. Isso proporciona um valioso espaço para o compartilhamento de experiências e aprendizados entre as/os estudantes. Trata-se de superar a divisão entre o ensino técnico e científico, unindo trabalho, ciência e cultura com o intuito de promover a emancipação humana por meio de uma formação profissional mais

abrangente e flexível, “[...] com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele” (Pacheco, 2011, p. 15).

Assim, os IFs consolidam-se como uma referência na formação integral dos indivíduos, preparando-os para os desafios do mundo do trabalho e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Na próxima seção, abordamos referenciais teóricos que elucidam a essência da formação humana integral nos institutos federais, complementando o percurso histórico da relação com a educação profissional.

2.1.3 Formação Humana na Educação Profissional e Tecnológica

Os institutos federais têm o compromisso de promover um ensino integrado e verticalizado, que abrange desde a educação básica até a educação profissional e superior, visando desenvolver o ser humano integralmente, visando a transformação da sociedade por meio de uma educação crítica, reflexiva e emancipatória, que busque a omnilateralidade em seu sentido ontológico e educativo (Brasil, 2008 *apud* Lemos, 2022).

Para Ciavatta (2005), a proposta é assegurar o acesso à formação integral para a compreensão do mundo às pessoas jovens, adolescentes e adultas trabalhadoras, de modo que possam agir como cidadãos e cidadãs integrantes de uma nação. A autora explica que a formação integrada é uma proposta que visa superar a tradicional separação entre trabalho manual e intelectual, tornando a educação profissional parte integrante do processo educativo em todas as etapas, desde a formação inicial até o ensino superior. Com isso, busca-se promover uma formação mais completa, capaz de desenvolver no ser humano habilidades técnicas e também habilidades críticas, reflexivas e criativas, necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A proposta do ensino integrado dos IFs é oferecer uma educação integral que supere a divisão entre educação básica e técnica, objetivando uma formação que não seja pautada pelos interesses do mercado, mas que integre ciência, trabalho, cultura, tecnologia e humanismo em uma formação omnilateral e ampla (Ramos, 2014).

Ciavatta (2005) e Moura (2007) sustentam que a formação humana e integral deve direcionar uma educação que forme sujeitos capazes de compreender a

realidade cultural, social, política, econômica e do mundo do trabalho, guiados por interesses sociais e coletivos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade equitativa e libertadora, que promova a emancipação das pessoas. Logo, a formação humana e integral objetiva oferecer um ensino voltado à transformação da realidade, ao respeito à diversidade e a superação de desigualdades e preconceitos.

Diante do exposto, compreender a sociedade e as diferenças sociais, sob a perspectiva da formação humana integral, é enfrentar as diferenças sociais, as quais são permeadas por diversos marcadores sociais como raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, entre outros.

Em suma, a formação humana e integral não apenas prepara estudantes para o mundo do trabalho, mas também as/os capacita a compreender e respeitar a diversidade de gênero, promovendo a transformação da realidade e a construção de uma sociedade mais justa, tolerante e igualitária. A seguir, discutimos os conceitos de diversidade de gênero, foco da presente pesquisa.

2.2 Gênero e Diversidade: Reflexões Contemporâneas

Os Institutos Federais (IFs), comprometidos com a formação integral das/os estudantes, têm como missão também criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. A escola desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem e, segundo Louro (1997), é um espaço onde ocorrem variadas formas de discriminação e desigualdade que favorecem a reprodução de desigualdades nas relações de gênero.

Conforme apontado por Louro (1997) e Butler (2017), a escola muitas vezes se torna um espaço hostil para estudantes LGBTQIA+, onde ocorrem manifestações de preconceito contra essa comunidade. Pesquisas revelam dados preocupantes sobre violência e agressões contra estudantes LGBTQIA+ nas escolas. Uma pesquisa nacional conduzida em 2016 examinou o ambiente educacional no Brasil, destacando as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas escolas. A pesquisa contou com uma amostra de 1.016 estudantes de 13 e 21 anos, com participação de quase todos os estados brasileiros, exceto Tocantins (ABGLT, 2016).

Os dados são alarmantes, pois 60% das/os estudantes afirmam se sentir inseguras/os na escola devido à orientação sexual, 43% se sentem inseguras/os por

conta de sua identidade/expressão de gênero, 48% ouvem frequentemente comentários LGBTfóbicos de seus pares, 55% ouviram comentários negativos específicos sobre pessoas trans, 73% foram agredidas/os verbalmente devido a sua orientação sexual e 56% sofreram assédio sexual na escola. Além disso, tais estudantes apresentam duas vezes mais chances de faltar às aulas devido às agressões relacionadas à sua orientação sexual e quase o dobro de probabilidade de desenvolver depressão (ABGLT, 2016).

No que diz respeito ao acolhimento, 64% das/os estudantes LGBT afirmam não encontrar nenhuma menção no regulamento da escola (ou desconhecem a existência) a este respeito, e apenas 8,3% relatam que a escola possui disposições específicas relacionadas à orientação sexual, identidade/expressão de gênero ou ambas (ABGLT, 2016).

É importante entender que:

A escola não apenas educa a partir da transmissão e construção de conhecimento, ela também reproduz padrões sociais, propaga concepções de mundo, valores e normas sociais. Dessa forma, tem grande influência no processo de construção dos sujeitos, influenciando seus corpos e identidade. A escola também é um lugar permeado por relações de poder, imposição de hierarquias e de reprodução da heteronormatividade (Santos, 2018, p.84).

Dessa forma, é importante que a escola adote uma postura firme na desconstrução do preconceito contra a comunidade LGBTQIA+. Louro (2003, *apud* Fauth, 2019), destaca que as instituições educacionais não estão isentas de reproduzir hierarquias de poder e de impor padrões de comportamento que reforçam a heteronormatividade, marginalizando estudantes cujas identidades não se alinham com as normas dominantes.

Para entender a diversidade sexual e de gênero, é importante compreender as definições de sexualidade e gênero. A sexualidade vai além do sexo no sentido de reprodução, abrangendo aspectos emocionais, afetivos e sociais, enquanto o gênero se refere aos papéis, expressões, comportamentos, uma construção baseada nas expectativas que uma determinada sociedade tem sobre o ser homem e ser mulher — não se referindo ao sexo biológico.

No contexto escolar, discutir esses conceitos é fundamental, pois a escola não apenas transmite conhecimento, mas também reproduz e pode transformar padrões sociais. É um espaço crucial para a desconstrução de preconceitos e a promoção de uma cultura de respeito e inclusão. As instituições de ensino, especialmente na

Educação Profissional e Tecnológica (EPT), têm a responsabilidade de preparar as/os estudantes para um mercado de trabalho e uma sociedade cada vez mais diversa e inclusiva.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção de raça, cor, língua, religião, incluindo gênero e orientação sexual (ONU, 1948). Esta base jurídica é complementada por um conjunto de legislações e normas fundamentais que sustentam a igualdade de gênero e o reconhecimento da diversidade sexual.

A promoção de um ambiente escolar inclusivo, que respeite a diversidade de gênero e sexualidade, está intrinsecamente ligada às normas e legislações que asseguram esses direitos fundamentais. Nesse sentido, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a igualdade de todas/os perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza, e garante o direito à liberdade, à segurança, bem-estar e ao respeito. Especificamente, o Art. 3º, inciso IV, e o Art. 5º tratam da proibição de qualquer forma de discriminação e da igualdade de direitos (CF, 1988), reforçando que o exercício livre da sexualidade é um direito fundamental dos indivíduos. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) desempenha um papel essencial ao prever, em seus artigos 2º e 3º, a promoção do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à pluralidade cultural. Essa lei orienta as políticas educacionais para garantir que a escola seja um espaço inclusivo e acolhedor para todas/os, incluindo estudantes LGBTQIA+ (Brasil, 1996).

Nesse contexto, o material da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), desenvolvido em etapas ao longo de 2004 e 2005 e culminando na coleção “Gênero e Diversidade Sexual na Escola” de 2006, foi parte das ações do Ministério da Educação entre 2004 e 2007 para promover a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual. Com diretrizes e práticas pedagógicas, esse recurso oferece apoio a gestoras/es, educadoras/es e profissionais da educação para abordar esses temas de forma inclusiva, promovendo respeito e empatia em sala de aula (Brasil, 2007).

Assim, promover o debate sobre gênero e diversidade nas instituições de ensino contribui significativamente para a criação de um ambiente onde todas/os se sintam acolhidas/os e respeitadas/os, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ao adotar políticas inclusivas e enfrentar os preconceitos

que afetam a comunidade LGBTQIA+, a escola pode desempenhar um papel transformador na vida das/os estudantes, preparando-as/os para atuar em uma sociedade plural, tolerante e igualitária. Dessa forma, a escola não se torna apenas um local de ensino, mas também um catalisador de mudanças sociais e promotor da diversidade.

2.2.1 Entendendo gênero e sexualidade na escola

A sexualidade é um conceito amplo que engloba várias dimensões da vida humana. Ela não se restringe apenas aos aspectos biológicos e reprodutivos, mas também a uma variedade de experiências emocionais, afetivas e sociais. Influenciada por fatores culturais, históricos, econômicos, políticos e religiosos, a sexualidade é uma construção complexa e multifacetada. Vai além do ato sexual em si, englobando uma ampla gama de manifestações de afeto, prazer e identidade.

Foucault (1988, p.100) explica que a sexualidade é também um instrumento de poder e controle social. O autor argumenta que a sexualidade é uma das principais chaves para a compreensão dos mecanismos de poder na sociedade, e acredita que os discursos e práticas relacionados ao sexo são usados para regular e normatizar os comportamentos dos indivíduos. Butler (2018) acrescenta que tanto o gênero quanto a sexualidade são performativos, ou seja, são construídos e reforçados mediante atos e comportamentos repetidos que se conformam às expectativas sociais. A autora explica que os atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo interno e substancial percebido como um núcleo sexual. Em outras palavras, os atos e gestos criam a ilusão de uma essência interna e natural, mas essa essência é, na verdade, uma construção social mantida para regular a sexualidade na estrutura da heterossexualidade reprodutora.

A compreensão da sexualidade como uma construção social implica reconhecer que as normas e valores associados a ela podem variar significativamente entre diferentes culturas e ao longo do tempo, sendo moldados por influências externas e internas, refletindo as relações de poder e as estruturas sociais em que estamos inseridos. Foucault (1988) salienta que a sexualidade está intimamente ligada às “estratégias de saber e de poder” que estruturam a sociedade. Assim, Foucault e Butler entendem a sexualidade como uma construção social e histórica, contestando a noção de que a sexualidade é natural e inata e evidenciando como o

poder e as normas sociais influenciam e controlam corpos e desejos.

Ademais, há uma proximidade significativa entre os conceitos de gênero, sexualidade e sexo, embora não sejam sinônimos (Lapolli *et al.*, 2022). Esses três conceitos, quando colocados em conjunto, formam um tripé, constituindo o chamado padrão cisheteronormativo (Sierra; César, 2016 *apud* Lapolli *et al.*, 2022). O termo cisgênero ou “cis” refere-se a pessoas cujo gênero atribuído no nascimento corresponde ao gênero com o qual se identificam. Uma das formas de sexualidade compreendida em relações afetivas entre pessoas de gêneros opostas é o “hetero”. Já o termo “normativo” denomina como padrão a normatização que existe por detrás dessa concepção. O padrão cisheteronormativo, nesse caso, regulamenta pessoas no entendimento de que a única relação aceitável é aquela entre duas pessoas de gêneros opostos.

Por outro lado, o conceito de “sexo” está relacionado às diferenças biológicas e se refere exclusivamente à descrição genética e anatômico-fisiológica dos seres humanos (Olinto, 1998 *apud* Lapolli *et al.*, 2022). Em outras palavras, é uma condição biológica que se refere às características anatômicas e fisiológicas que uma pessoa tem ao nascer, podendo ser classificada como masculina, feminina ou intersexual, dependendo das características genitais, hormonais, cromossômicas e morfológicas. Para a ciência biológica, o sexo de uma pessoa é determinado pelo tamanho de suas células reprodutivas: pequenas para espermatozoides (indicativo de sexo masculino) e grandes para óvulos (indicativo de sexo feminino). No entanto, biologicamente, esse aspecto não determina o comportamento masculino ou feminino das pessoas, o “[...] que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, e isso muda de acordo com a cultura”, normas e valores da sociedade em questão (Jesus, 2012, p.6). Nas palavras da autora:

Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (Jesus, 2012, p. 6).

Devemos lembrar que, na sociedade, somos categorizados de forma binária, ou seja, classificados como masculino ou feminino. Isso se reflete também na definição de sexo, sendo tipicamente entendido como masculino ou feminino com base nas características biológicas. No entanto, essa simplificação não abrange toda a diversidade de identidades e características físicas e biológicas das pessoas. A

questão do sexo, segundo Lapolli *et al.* (2022):

[...] deve ser analisada por uma ótica minuciosa, pois ele acaba sendo utilizado por discursos fundamentalistas na tentativa de esvaziar a diversidade de gêneros e/ou sexual, com falas como: “Ah, mas se tem vagina é mulher, se tem pênis é homem”. Não, o sexo não é binário. Prova disso são as pessoas conhecidas como “intersexo”, que desenvolvem características sexuais que não podem ser estabelecidas como exclusivamente femininas ou masculinas (Lapolli *et al.*, 2022, p. 70).

Já o termo gênero, segundo Louro (1995, p. 103) e Scott (1995, *apud* Lapolli *et al.*, 2022), refere-se a uma categoria socialmente construída relacionada à diferenciação entre ser mulher ou ser homem, abrangendo os conceitos de feminino e masculino, isto é, as distinções de gênero vão além das diferenças biológicas baseadas no sexo. De acordo com Louro (1997), não se trata de negar a biologia entre os sexos, mas sim de considerar que a construção social e histórica é produzida a partir das características biológicas, colocando a questão no campo social, onde é construída e reproduzida as relações dos sujeitos.

A autora Oliveira (2011) diz que gênero é a distinção do que seria biológico e das idealizações sociais que cada cultura faz às atribuições de papéis pelo sexo da pessoa. Por isso, é pensado o gênero como forma de mudança e de ressignificação da atribuição de papéis ou da relação entre a distinção entre os sexos. A necessidade de evidenciar as diferenças entre os sexos relacionadas aos órgãos sexuais fez aparecer o conceito de gênero. Atualmente, a compreensão de gênero não se baseia apenas em características físicas e biológicas para usar de instrumento de análise para mostrar as desigualdades e diferenças entre mulheres e homens.

Para Scott (1995, *apud* Rocha, 2020), a compreensão de gênero se baseia em duas ideias interligadas. A primeira é que o gênero é uma parte essencial das relações sociais, baseado nas distinções percebidas entre os sexos. Já a segunda ideia, relacionada a essa, afirma que o gênero está intrinsecamente ligado ao poder, influenciando-o e sendo por ele influenciado no campo do conhecimento. Ao destacar a natureza relacional dos símbolos e significados na construção hierárquica das diferenças de gênero, a autora argumenta que o gênero é uma construção social e histórica, e não uma categoria fixa.

Segundo o autor Reis (2021), o gênero:

Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e de ser

mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos (Gênero, 2009 *apud* Reis, 2021, p. 23).

Concordando com Reis, a cartilha de atendimento, acolhimento, acompanhamento e tratamento adequado ao público LGBTI no sistema socioeducativo do Distrito Federal, afirma que os gêneros:

[...] se apresentam em uma pluralidade de possibilidades, assim como também sua negação binária. Deste modo, mesmo quando falamos de masculino e feminino, devemos reconhecer as diversas masculinidades e feminilidades, podendo ser algo construído, desconstruído, mutável e não limitado, até mesmo reconhecendo as identidades dentro da não-binaridade (Distrito Federal, 2022, p. 18).

Conforme Louro (1997), a característica do gênero não deve ser restrita à construção de papéis masculinos e femininos, pois esses são padrões estabelecidos pela sociedade para definir comportamentos, vestimentas, formas de interação e as expectativas de como homens e mulheres devem agir. Jesus complementa que a expressão de gênero, “depende da cultura onde a pessoa vive”. Dessa forma, “a pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos” (Louro, 1997, p. 24).

Em suma, o conceito de gênero é uma construção social, que vai além dos papéis masculinos e femininos, envolvendo a forma como as pessoas se identificam e são influenciadas pelo poder. É uma categoria que pode mudar e é diversa, reconhecendo que homens e mulheres são moldados pela sociedade, não apenas pela biologia.

Vivemos em um mundo no qual a sociedade utiliza como base o entendimento construído sobre o que é ser homem ou ser mulher para atribuir funções e identidades diferentes às pessoas. O conjunto das características sociais e culturais ligadas às percepções de masculino e feminino define o termo gênero.

A seguir, exploraremos os conceitos de identidade e identidade de gênero. Analisaremos como essas ideias estão relacionadas e como elas influenciam a forma como nos percebemos e nos identificamos.

2.2.2 Diversidade de Gênero: construções e identidades

O autor Hall (2006) defende que o conceito de identidade diz respeito ao sujeito pós-moderno, cuja definição é histórica e não biológica, de modo que o sujeito adota

identidades variadas em diferentes contextos, caracterizando-se pela ausência de uma identidade fixa, essencial ou permanente. Essas identificações são constantemente deslocadas à medida que as representações culturais evoluem. A identidade do sujeito é formada pelo sentimento de pertencimento a diferentes grupos como classe, gênero, etnia, sexualidade, confrontado por múltiplas identidades possíveis.

A identidade de gênero refere-se à forma como a pessoa se reconhece e se identifica em relação ao seu gênero, seja masculino, feminino ou não-binário (que não se enquadra na noção binária de masculino/feminino). Isso pode ou não corresponder ao sexo biológico da pessoa. Por exemplo, uma pessoa pode nascer biologicamente com o órgão genital masculino, mas identificar-se como mulher (transgênero), e vice-versa. Além disso, algumas pessoas se identificam com o gênero correspondente ao seu sexo biológico (cisgênero), enquanto outras não se identificam com nenhum dos gêneros tradicionais.

Existe um espectro de variações entre os gêneros feminino e masculino, e por este motivo, há quem se identifique como não binário, um termo que engloba todas as identidades que não se enquadram completamente como homem ou mulher. Outrossim, a atração afetiva também varia e pode ser por pessoas do mesmo sexo, sexo oposto ou nenhuma, como os assexuais. Pessoas intersexuais também não se enquadram nessa divisão binária, pois, devido aos cromossomos, anatomia ou hormônios, seu corpo não corresponde ao que seria considerado masculino ou feminino. Segundo a autora Jesus (2012), é importante

[...] que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais (Jesus, 2012, p. 14).

É importante ressaltar que a identidade de gênero não está diretamente ligada à orientação sexual. Uma pessoa transgênera ou “trans” pode ter qualquer orientação sexual (homossexual, bissexual, heterossexual, assexual), assim como uma pessoa cisgênera ou “cis”.

Em resumo, a identidade é a percepção e a expressão de quem somos em diferentes contextos e como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor, enquanto a identidade de gênero vai além da biologia, incluindo nossa autoidentificação pessoal e social.

A seguir, abordaremos a diversidade sexual e de gênero, destacando a importância de reconhecer e respeitar as diferentes orientações e identidades presentes na sociedade.

2.2.3 Diversidade sexual e de gênero: desafios e avanços

A compreensão da diversidade sexual e de gênero tem ganhado crescente atenção tanto no âmbito acadêmico quanto na sociedade contemporânea. Butler (1990) argumenta que a identidade de gênero não é fixa ou determinada biologicamente, mas sim um construto social e cultural que pode assumir formas fluidas e variáveis. Apesar da sexualidade ter sido um tema controverso ao longo dos anos, Butler (2017) sustenta que o indivíduo não é simplesmente uma vítima do sistema, mas sim negocia com o ambiente a forma de viver e expressar sua sexualidade.

De acordo com Louro (2003), aqueles que são considerados diferentes do que é considerado “normal” no ambiente escolar não se sentem enquadrados na norma estabelecida pela sociedade e como resultado, começam a perceber seu próprio comportamento como “anormal”. Para se protegerem do julgamento dos outros e da “condenação alheia”, eles tendem a se calar e tentar não chamar atenção, ou seja, silenciam suas verdadeiras identidades e adotam uma postura defensiva.

Atualmente, as discussões sobre diversidade sexual estão trazendo mais visibilidade para a comunidade LGBTQIA+. No entanto, ainda existem desafios e lutas a serem enfrentadas pelo movimento LGBTQIA+ na busca por combater o preconceito e garantir o reconhecimento de seus direitos. Embora o discurso preconize “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Brasil, 1996, Art. 3º), bem se sabe que a diversidade sexual e de gênero ainda é mal compreendida e intolerada por muitas pessoas, sobretudo nos últimos anos em que o discurso de ódio a comunidade LGBTQIA+ aumentou.

A sociedade contemporânea tem sido palco de amplos debates nas últimas décadas em relação a questões de gênero, diversidade e sexualidade, enfatizando a importância das diferenças entre os indivíduos, suas pluralidades e as sexualidades marginalizadas. Ao longo da história, testemunhamos um aumento significativo da desigualdade e exclusão em nossa sociedade e instituições, exigindo a reafirmação das identidades, direitos e particularidades das pessoas que se identificam hoje,

individual ou coletivamente, como LGBTQIA+. Reconhecer e valorizar as diversas expressões culturais (étnicas/raciais, de gênero, sexual) é essencial para uma política educacional emancipatória e uma sociedade justa, inclusiva e solidária.

Conforme Louro (2011), é imprescindível que todas as pessoas e grupos que compõem as sociedades contemporâneas sejam respeitados em suas ideias e comportamentos. A autora Braga (2012) enfatiza a importância de uma sociedade que reconheça a liberdade das pessoas que muitas vezes são invisibilizadas ou ignoradas, defendendo que relações que fogem dos padrões estabelecidos devem ter seus direitos garantidos de forma igualitária.

O conceito de gênero está presente em todos os aspectos da sociedade e surge como uma forma de diferenciar entre as características biológicas e as influências culturais. Embora haja distinções entre os sexos masculino e feminino na espécie humana, é importante entender que ser homem ou mulher vai além da biologia do corpo (Gênero, 2009 *apud* Reis, 2021). De acordo com Louro (2014, *apud* Rocha, 2020), discussões polêmicas e intensas visam problematizar as relações sociais que envolvem os conceitos de gênero masculino e feminino, bem como sua relação com a sexualidade. O objetivo é superar explicações deterministas que legitimam a hierarquia entre homens e mulheres com base em diferenças biológicas.

Segundo a autora, a divisão entre masculino e feminino estabelecida ao longo dos séculos como fundamental e relacionada ao corpo, não implica que as identidades de gênero sejam interpretadas da mesma maneira em todas as culturas (Louro, 2007, p. 207).

A partir da percepção de que o termo gênero não alcançava todas as identidades, surgiram, ao longo do tempo, diferentes termos para identificar os sujeitos. As principais expressões incluem:

- Masculino: refere-se à identidade de uma pessoa cisgênera ou transgênera que se identifica como masculino;
- Feminino: pessoa que se identifica com o gênero feminino, seja cis ou trans;
- Cisgênero ou Cis: são pessoas que se identificam totalmente com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, tendo por referência o seu sexo biológico;
- Transgênero: Este é um conceito “guarda-chuva” que engloba um grupo diversificado de pessoas que, em diferentes graus, não se identificam com os comportamentos e/ou papéis de gênero que lhes foram atribuídos no momento do nascimento (Jesus, 2012, p.14). Dentro dessa “guarda-chuva” transgênero

engloba travestis, transexuais, dentre tantas outras pessoas. Ainda, segundo Lanz (2015 *apud* Reis, 2021), não é necessário utilizar a expressão “travestis, transexuais e transgêneros” ou a sigla TTT na abreviação LGBTI+. Isso ocorre porque tanto as pessoas travestis quanto as pessoas trans são consideradas transgênero por definição. Por isso, é recomendado utilizar os termos “travestis e transexuais”, “transgêneros” ou, preferencialmente, “pessoas trans” para abranger essa diversidade de identidades de gênero;

- Travesti é uma identidade de gênero que se contrapõe ao sexo biológico, caracterizada pela construção de uma identidade de gênero feminina permanente, seguida de uma construção física, que se manifesta na vida social, familiar e cultural. Algumas pessoas travestis optam por realizar procedimentos médicos, como hormonoterapias, aplicações de silicone e cirurgias plásticas, mas essa não é uma regra para todas. É importante lembrar que a forma de tratamento adequada é utilizada sempre no feminino: “a travesti”.
- Transexual: Termo genérico que caracteriza uma pessoa que apresenta uma identidade de gênero que não corresponde ao sexo em que foi atribuído no momento do nascimento. Pessoas trans podem ou não desejar terapias hormonais, ou cirurgias de afirmação de gênero (Adaptado de Caderno, 2017 *apud* Reis, 2021). Exemplo: É mulher trans, pessoa designada com o sexo masculino ao nascer, mas que se identifica e vive como mulher, independentemente de ter realizado cirurgia de redesignação de sexo e de orientação sexual. O que determina se a pessoa é trans é sua identidade e não precisamente o procedimento cirúrgico.
- Queer: é uma identidade de gênero que desafia o binarismo. Uma pessoa queer pode ser simultaneamente homem e mulher, no sentido de andróginas, ou pode ser o contrário, nem homem e nem mulher, no sentido agênero, ou ainda podem ser pessoas que se movem entre duas ou mais identidades.
- Agênero: são pessoas que não se identificam com nenhum gênero específico e que podem transitar entre várias identidades de gênero ou expressões sem sentir pertencimento a nenhum deles.

Um assunto importante relacionado à identidade de gênero, que se configura numa extensão dela, são as expressões de gênero, que correspondem às formas como cada pessoa expressa sua identidade. A expressão acontece através da

vestimenta, do nome, do estilo de cabelo e do modo de agir na sociedade.

Ademais, é fundamental destacar a orientação sexual, definida como “a forma como uma pessoa sente atração e/ou se relaciona emocional, afetiva ou sexualmente com a/o outra/o, sendo o lugar de direcionamento do desejo, do afeto” (Distrito Federal, 2022, p. 20). Esse conceito também é conhecido como orientação afetivo-sexual, por abranger tanto o aspecto sexual quanto afetivo.

Embora ainda não se discuta amplamente, existe uma diferença entre orientação sexual e orientação afetiva. Segundo Moraes *et al.* (2023; 2024), a orientação sexual é caracterizada pela atração sexual e romântica que uma pessoa sente por outra(s) pessoa(s). Esses desejos são involuntários e inerentes, abrangendo tanto a dimensão sexual quanto a romântica, muitas vezes levando à formação de relacionamentos afetivos.

Por outro lado, a orientação afetiva ou romântica “é a atração romântica ou possibilidade de se apaixonar que uma pessoa pode sentir por outras pessoas. Não necessariamente envolve sexo, ou seja, não está relacionada diretamente com a orientação sexual” (Moraes, *et al.*, 2023). Nem sempre essas duas orientações estão alinhadas. Por exemplo, uma pessoa bissexual pode sentir atração sexual por homens e mulheres, mas só sentir atração afetiva por mulheres, ou pode não sentir, ou sentir pouca atração afetiva.

Existem muitas orientações sexuais, e as 5 mencionadas a seguir não são únicas. São exemplos de orientação: a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade e assexualidade. A orientação sexual pode não ter uma afirmação correta se a pessoa nasce ou não com determinada orientação. É uma experiência involuntária e o desejo sexual ocorre sem controle consciente. Sendo assim, é possível destacar algumas definições (Distrito Federal, 2022):

- Heterossexuais: são pessoas (cis ou trans) que sentem atração física e/ou afetiva por pessoas do sexo/gênero oposto (cis ou trans).
- Homossexual: Lésbica/Gay: são pessoas (cis ou trans) que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans). O termo pode ser usado para referir-se tanto a mulheres homossexuais, conhecidas como lésbicas, quanto a homens homossexuais, chamados de gays. Exemplos: uma mulher (cis ou trans) atraída por outra mulher; uma travesti que sente desejo por outra travesti; um homem (cis ou trans) que sente atração por outro homem.

- Bissexuais: são pessoas (cis ou trans) que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com pessoas de dois ou mais gêneros. Exemplos: uma mulher que sente atração por outra mulher e homem.
- Pansexuais: são pessoas que sentem atração física, emocional e sexual por indivíduos independentemente de seu sexo, gênero ou orientação sexual. Exemplo: uma mulher que sente desejo por um homem, uma travesti, uma pessoa queer, uma mulher trans e/ou uma pessoa intersexo.
- Assexuais: são pessoas (cis ou trans) que não sentem atração afetiva nem sexual por outras do gênero oposto ou igual. Embora não sintam atração sexual, ainda podem desenvolver laços afetivos e se envolver em relacionamentos românticos. Isso pode ocorrer de forma total, parcial, circunstancial ou condicional, e tanto pessoas cis quanto trans podem ser assexuais.

É importante lembrar que não se utiliza a expressão “opção sexual”, pois a orientação sexual não é uma “escolha”. Ninguém opta por ser gay, lésbica ou bissexual, portanto, o termo adequado é “orientação sexual”.

Em síntese, é fundamental reconhecer e respeitar a diversidade sexual e de gênero para promover uma sociedade inclusiva e igualitária. A compreensão de que a identidade de gênero é social e cultural, e não fixa, é essencial para promover a aceitação e o respeito mútuo. Todos têm o direito de se expressar e se relacionar como desejarem, sem julgamento ou discriminação. Devemos valorizar e respeitar as diferentes orientações e identidades, evitando preconceitos e atitudes violentas. A seguir, conheceremos o significado e a importância do termo LGBTQIA+.

2.2.4 Explorando a diversidade e identidade LGBTQIA+

O conceito de LGBTQIA+ abrange uma ampla diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero que transcende os padrões binários e heteronormativos tradicionais. A sigla LGBTQIA+ representa a inclusão de diversas orientações sexuais, como gays, lésbicas, bissexuais, assexuais e pansexuais, além de identidades de gênero variadas, incluindo pessoas trans, queers, travestis, pessoas não-binárias e intersexo. Cada letra da sigla reflete experiências únicas e identidades presentes na comunidade LGBTQIA+.

Antes de detalhar as definições, é crucial compreender como a sigla LGBTQIA+ evoluiu ao longo do tempo. Inicialmente focada em identificar minorias sexuais e de gênero, a sigla cresceu para incluir uma variedade crescente de identidades e orientações.

A seguir, exploraremos o significado específico de cada letra na sigla LGBTQIA+, oferecendo definições claras e precisas para cada termo.

Quadro 1 - Conceitos de cada letra LGBTQIA+ e suas definições

Letras	Definições
L	Lésbicas: Mulheres (cis ou trans) que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres (cis ou trans) (Distrito Federal, 2022).
G	Gay: Homens (cis ou trans) que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outros homens (cis ou trans) (Distrito Federal, 2022).
B	Bissexual: Pessoas (cis ou trans) que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com pessoas de dois ou mais gêneros (Distrito Federal, 2022).
T	Travesti: Aquelas que expressam identidade de gênero diferente da designada ao nascer (Distrito Federal, 2022).
	Transexual: Pessoa que se identifica com um gênero diferente do sexo designado ao nascer (Distrito Federal, 2022).
	Transgênero: Termo amplo que engloba pessoas que, de diferentes graus, não se identificam com os comportamentos ou papéis esperados ao gênero atribuído no nascimento (Jesus, 2012)
Q	Queer: Termo que desafia as normas de gênero e sexualidade. Também há quem veja como uma abordagem política e organização de movimentos sociais (Adaptado de Gladd, 2016, <i>apud</i> Reis, 2021).
I	Intersexual: Pessoa com características genéticas e/ou físicas fora das definições convencionais de feminino ou masculino (ABGLT, 2015 <i>apud</i> Distrito Federal, 2022).
A	Assexual: Orientação sexual onde a atração sexual não é primária. Pode haver outras formas de atração (Reis, 2021).
+	Representa a inclusão de outras identidades de gênero e sexualidades não mencionadas na sigla (Reis, 2021).

Fonte: Elaborada pela autora.

É importante reconhecer e respeitar essa diversidade, promovendo a inclusão e o respeito aos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ao acolher essa diversidade, cria-se um ambiente onde todas(os) se sentem verdadeiramente acolhidas(os). Neste contexto, discutiremos a seguir o conceito de acolhimento, sendo o destaque desta investigação.

2.3 Acolhimento: Conceito e Prática

2.3.1 Conceito de Acolhimento

Após discorrermos sobre o conceito de LGBTQIA+, com sua rica diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, é crucial aprofundarmos nossa compreensão sobre outro aspecto igualmente relevante na pesquisa: o acolhimento.

O acolhimento, intrinsecamente ligado à valorização da diversidade, reflete não apenas um conjunto de ações, mas representa uma atitude de respeito e inclusão. Recorrendo ao dicionário online de português, Dicio (2023), encontramos diversas definições para o termo acolhimento. Suas definições abrangem desde ação ou efeito de acolher; acolhida; modo de receber ou maneira de ser recebido; consideração; boa acolhida; hospitalidade; lugar em que há segurança; abrigo.

No campo da saúde, a Política Nacional de Humanização (PNH), destaca que o acolhimento traduz na recepção humanizada dos usuários, por meio da escuta de suas necessidades, adoção de uma postura atenta e da oferta de orientação e solução para seus problemas (Brasil, 2004).

No contexto do acolhimento psicológico, conforme o autor Portela (2014) destaca, essa abordagem se manifesta como um encontro entre terapeuta e paciente, onde terapeuta utiliza a escuta sensível, o olhar atento e a expressão empática para acolher a angústia da/o paciente, auxiliando-a(o) a superar seus traumas e reestruturar suas perspectivas de vida.

O acolhimento institucional, por sua vez, é uma modalidade de Proteção Social Especial de Alta Complexidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua finalidade primordial é fornecer assistência e apoio às famílias em situações de vulnerabilidade, assegurando a proteção integral dessas pessoas. Oferece um espaço de reconstrução para muitas das pessoas atendidas, independentemente do tipo de serviço oferecido (abrigos institucionais, casas-lares, casas de passagem, residências inclusivas ou repúblicas) (Medeiros, 2022).

Já no âmbito educacional, conforme observado pela autora Motta (2014), o termo acolhimento foi sendo incorporado progressivamente. Embora inicialmente viesse acompanhado da palavra “adaptação”, gradualmente foi se desvinculando para assumir seu espaço como um conceito fundamental que molda diversas práticas institucionais de acolhimento.

Há diversas interpretações e abordagens em relação ao acolhimento, todas com o mesmo propósito comum de promover o bem-estar, a empatia, praticar a escuta atenta e criar ambientes seguros e acolhedores.

As autoras Moraes (2022) e Nogueira (2022) ressaltam que o acolhimento estudantil vai além de uma simples recepção inicial, envolvendo a criação de um ambiente onde as/os estudantes se sintam bem-vindas/os e acolhidas/os nas escolas. Esse processo abrange não apenas a recepção inicial, mas também a criação de vínculos e o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao longo de todo o ano letivo.

Esses laços promovem o diálogo, facilitam a compreensão e incentivam a participação, aproximando assim a/o estudante do seu ambiente escolar. Além disso, as práticas contínuas de acolhimento desempenham um papel crucial na integração, na permanência e no êxito escolar. Conforme ressaltado por Feitosa (2019, p.116 *apud* Moraes, 2022), o acolhimento constante é fundamental para que o corpo discente se sinta valorizado e apoiado em todos os momentos da sua vida escolar. Nogueira também destaca que “o acolhimento no primeiro dia de aula é habitual, porém, manter o acolhimento durante todo o ano letivo é uma tarefa desafiadora” (Nogueira, 2022, p. 29).

Romanini, Guareschi e Roso (2017, p. 493 *apud* Moraes, 2022) definem o acolhimento como um encontro entre estudantes, servidoras/es, professoras/es e a comunidade escolar, ocorrendo no ambiente escolar. Esse encontro é dialógico e multifacetado, caracterizando-se como uma interação de saberes e afetos trazidos por cada participante.

Para a autora Jost (2019), o conceito de acolhimento pode ser compreendido como uma prática pedagógica que visa receber e integrar as/os estudantes do Ensino Médio Integrado. Trata-se de uma estratégia que visa estabelecer os primeiros vínculos entre as/os estudantes e a comunidade acadêmica. Esse processo implica em um compromisso profundo com a/o estudante, resultando em uma relação próxima e empática, na qual a instituição reconhece e valoriza a individualidade de todos.

Por sua vez, Alves, Kessler e Costa (2021), compreendem o conceito como a criação de um espaço seguro e inclusivo onde as/os estudantes LGBTQIA+ possam compartilhar suas experiências, desafios e buscar o apoio emocional e social.

O autor Silveira (2022) enfatiza a definição do acolhimento como um conjunto de ações estratégicas e práticas destinadas a promover um ambiente escolar mais

inclusivo e acolhedor. Isso envolve entender suas necessidades emocionais, promover respeito aos direitos humanos e combater discriminações como a homofobia.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme destacado por Silveira (2022), utiliza o termo acolhimento para valorizar a diversidade por meio da empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, tendo o foco nos direitos humanos e na eliminação de preconceitos. O autor destaca a importância de se desenvolver um conceito de acolhimento mais humanizado e específico principalmente para estudantes LGBTQIA+, algo ainda muito incipiente na escola.

Embora o acolhimento seja frequentemente discutido na Educação Infantil, especialmente no que diz respeito à adaptação das crianças, observa-se uma lacuna ao se tratar sobre o acolhimento no Ensino Médio. Isso levanta a questão da falta de discussão sobre o acolhimento como estratégia de inclusão e cidadania para jovens e adolescentes, nesse período escolar mais longo.

Em resumo, a abordagem e compreensão do acolhimento se enriquecem quando exploradas sob diferentes perspectivas. Os resultados obtidos a partir dessas diferentes abordagens ressoam em torno da promoção do bem-estar, da inclusão e diálogo, tanto na saúde quanto na educação. Essas conclusões não apenas reforçam a universalidade do acolhimento como um princípio fundamental, mas também apontam para a necessidade de sua aplicação constante, especialmente quando se trata de grupos específicos como estudantes LGBTQIA+. Ao explorar e entrelaçar essas descobertas, surge um convite para construir sociedades mais compassivas e igualitárias, onde o acolhimento é uma peça fundamental na construção de pontes entre indivíduos e a promoção do entendimento mútuo.

2.3.2 Práticas de Acolhimento

Jost (2019) apresenta o guia para acolhimento de estudantes ingressantes dos cursos técnicos integrados, contendo diversas atividades de acolhimento e integração logo no início do ingresso. As práticas incluem reuniões com as/os estudantes e seus familiares para apresentar a estrutura da instituição e suas equipes, bem como *tours* guiados pelo *campus* para familiarização com os setores em diferentes espaços. Ademais, a divulgação de projetos e iniciativas extracurriculares, como atividades

esportivas e culturais, também faz parte do processo de acolhimento.

Além disso, são fornecidas informações sobre os serviços disponíveis na instituição, como apoio psicológico e pedagógico de profissionais especializados que oferecem suporte ao corpo discente durante a fase de transição para o Ensino Médio Integrado. Tais atividades buscam proporcionar um ambiente acolhedor e familiar aos novos estudantes, facilitando a adaptação e promovendo o bem-estar no ambiente escolar. Tais medidas visam não apenas facilitar o acesso, mas também assegurar a permanência e o êxito escolar dos/as estudantes ingressantes.

A autora Nogueira (2022) apresenta os itinerários adaptativos de acolhimento estudantil, disponibilizados no formato digital por meio da rede social Tik Tok⁴, como uma iniciativa inovadora para promover o acolhimento e a integração das/os estudantes. Os itinerários foram desenvolvidos com o intuito não apenas de favorecer a permanência das/os estudantes na escola, mas também de mitigar o baixo rendimento acadêmico e, conseqüentemente, evitar a evasão escolar. Para Nogueira (2022), tal prática de acolhimento não só auxilia as/os estudantes na identificação e superação de dificuldades enfrentadas no ambiente escolar, mas também desperta potencialidades individuais e fortalece o senso de pertencimento à instituição de ensino.

A autora Moraes (2022) destaca a importância do acolhimento para a comunidade escolar, enfatizando a importância de receber todas/os as/os participantes dos processos de ensino. Primeiramente, acolhe-se as/os servidoras/es, no sentido de se sentir parte da instituição e, posteriormente, acolhe-se as/os estudantes ingressantes como parte das práticas de prevenção da evasão. Acolher desde o início, com atividades que promovam a identificação da/o ingressante com a instituição são essenciais para promover o sentimento de pertencimento, a participação ativa na escola, o protagonismo juvenil e uma vivência mais democrática dentro do *campus*, ampliando as chances de permanência e conclusão do curso. As ações de ensino envolvem as atividades como cultura, esporte, atividades, aulas práticas, etc.

Alves, Kessler e Costa (2021) apresenta um exemplo de prática de acolhimento mediante projeto de extensão com a criação do Grupo de Vivências LGBTQIA+. Esse

⁴ É uma rede social de compartilhamento de vídeos curtos que permite aos usuários criar, editar e compartilhar vídeos.

grupo oferece um espaço semanal de escuta e acolhimento para estudantes LGBTQIA+, cujo objetivo é criar um ambiente de resistência, fortalecimento e identificação. O projeto objetiva permitir que as/os participantes possam compartilhar suas experiências relacionadas a identidade de gênero e sexualidade, estimular discussões além do ambiente acadêmico, proporcionar um espaço seguro para expressar suas emoções e dilemas, além de receber apoio e compreensão. Uma iniciativa que visa oferecer apoio emocional e psicológico, alinhando-se ao conceito de práticas de acolhimento. Além disso, o grupo atua no combate à violência de gênero, fomentando redes de afeto e empatia para visibilizar grupos historicamente excluídos ou discriminados.

No entanto, Silveira (2022) ressalta a falta de estratégias de acolhimento para estudantes LGBTQIA+ nas instituições de ensino, especialmente no Ensino Médio, afirmando que “estratégias de acolhimento ao estudante LGBTQIA+ são praticamente inexistentes institucionalmente” (Silveira, 2022, p. 38). Diante disso, o autor propõe desenvolver um conceito de acolhimento específico para esse público, destacando a importância de adotar práticas de acolhimento presentes em outros contextos, como unidades de saúde e psicologia. Essas práticas podem ser adaptadas e aplicadas nas escolas para promover um ambiente mais inclusivo e um atendimento mais eficaz para a comunidade LGBTQIA+.

Em resumo, a análise das diversas práticas de acolhimento propostas por Jost (2019), Nogueira (2022), Moraes (2022), Alves, Kessler e Costa (2021) e Silveira (2022) revela a abrangência e a importância desse conceito no âmbito educacional. Essas abordagens apresentadas abrangem desde a integração das/os estudantes por meio de atividades esportivas, culturais e de diálogo, até estratégias personalizadas de apoio emocional e psicológico. Essas práticas têm em comum o intuito de não apenas proporcionar acesso das/os estudantes, mas também garantir sua permanência, sucesso acadêmico e desenvolvimento integral.

A ênfase na criação de ambientes inclusivos e acolhedores é uma constante nas abordagens, promovendo o sentimento de pertencimento, protagonismo juvenil e vivências democráticas. Por meio de estratégias variadas, como oficinas, palestras, grupos reflexivos e projetos de vivências, a violência de gênero, a LGBTfobia e outras barreiras são abordadas de maneira abrangente e eficaz.

Além disso, a carência identificada por Silveira (2022) quanto a estratégias específicas para estudantes LGBTQIA+ revela uma lacuna a ser preenchida, abrindo

espaço para o desenvolvimento de práticas inclusivas e sensíveis às necessidades dessa população vulnerável.

As constatações dessas abordagens indicam a necessidade de adoção de práticas de acolhimento mais amplas e integradas, que considerem a diversidade e as necessidades individuais das/os estudantes. A implementação dessas abordagens pode contribuir não apenas para a promoção do bem-estar emocional e psicológico das/os estudantes, mas também para a construção de ambientes educacionais mais empáticos, inclusivos e igualitários.

Nesse sentido, o desafio é transformar diferentes abordagens em ações efetivas, incorporando-as às políticas educacionais e institucionais, a fim de criar um cenário de ensino mais enriquecedor e equitativo para todas/os as/os estudantes.

Portanto, ao considerar as práticas de acolhimento descritas, é possível concluir que o Grupo de Vivências LGBTQIA+ se destaca como uma iniciativa essencial para promover a diversidade, combater a discriminação e criar um ambiente inclusivo e acolhedor dentro da comunidade acadêmica.

Concluindo essa análise das práticas de acolhimento, passaremos agora à metodologia da pesquisa, onde detalharemos os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A fim de facilitar a compreensão quanto aos procedimentos metodológicos, este capítulo está organizado em 4 seções. A primeira traz uma breve apresentação do contexto da pesquisa. Na segunda seção são apresentadas/os as/os participantes da investigação. Na sequência, na terceira seção, é abordado os princípios metodológico-teóricos. Por fim, há o detalhamento dos procedimentos práticos utilizados para realização da pesquisa.

3.1 Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), formado por 37 *campi*, sendo o *Campus* Presidente Epitácio um deles. Este está localizado na região oeste do estado de São Paulo, localização geográfica estratégica, já que se encontra próximo das divisas dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, há cerca de 650 quilômetros da capital, São Paulo. O *campus* iniciou suas atividades em fevereiro de 2011, com a oferta de cursos da área de Automação Industrial e Edificações (IFSP, 2016).

O *Campus* Presidente Epitácio (PEP) oferece uma variedade de cursos, incluindo cursos técnicos de nível médio integrado, cursos concomitantes/subsequentes e cursos superiores nas modalidades de Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia. Além disso, disponibiliza cursos profissionais voltados para a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Essa oferta atenderá às demandas da comunidade, identificadas por meio de consultas públicas realizadas desde a criação da unidade, e está alinhada com a política de verticalização prevista na legislação que rege os institutos federais.

O IFSP-PEP conta com o Comitê para a Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-Racial e de Gênero (IFSP, 2020), com o objetivo de incentivar a formação humana baseada nos princípios de valorização, liberdade, igualdade e respeito à diversidade. A equipe de trabalho do Comitê promove palestras, campanhas educativas e debates, além de incentivar reflexões sobre os direitos sociais.

A próxima seção da pesquisa aborda as/os participantes envolvidas/os no estudo.

3.2 Participantes da Pesquisa

A pesquisa contou com a participação de estudantes LGBTQIA+ e servidoras/es que atuam diretamente com estudantes em diferentes áreas do IFSP-PEP, totalizando 10 estudantes e 5 servidoras/es técnico-administrativas/os. Todas/os foram convidadas/os a contribuir com o estudo, e para conhecer o perfil das/os participantes, foi aplicado um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas disponibilizado em formato eletrônico (*Google Forms*⁵).

Além disso, foram realizadas 15 entrevistas individuais, sendo 10 com estudantes e 5 com servidoras/es técnico administrativo em educação. Entre as/os estudantes, 5 são do curso técnico em informática integrado ao ensino médio (TII), 3 do Bacharelado em Ciência da Computação (BCC), 1 do Bacharelado em Engenharia Elétrica (BEE) e 1 da Licenciatura em Pedagogia (LPE). Dos 5 estudantes de cursos superiores, 3 haviam concluído o curso técnico integrado e estavam cursando a graduação. Essa progressão é possível graças à oferta de educação verticalizada nos institutos federais, permitindo que as/os estudantes acessem por todas as etapas da educação profissional e tecnológica em uma mesma instituição, desde o ensino técnico de nível médio até a pós-graduação.

As idades das/os participantes variaram entre 17 e 22 anos. Quanto à raça, 4 se autodeclararam pardos, 5 brancos e 1 amarela. Em termos de orientação sexual, 6 estudantes se identificaram como gays e 4 como bissexuais. Sobre identidade de gênero, 6 responderam como homem cis, 3 como mulher cis e 1 como não-binário.

O quadro 2, a seguir, sistematiza as especificações das/os estudantes participantes da pesquisa. Para garantir a confidencialidade das identidades e cumprir com os cuidados éticos, os nomes das pessoas que participaram foram mantidos em sigilo, e em substituição foram identificadas pela denominação EST 1 (estudante 1), EST 2 (estudante 2) e assim por diante.

Quadro 2 - Perfil das/os participantes da pesquisa - Estudantes

ID das/os participantes	Curso matriculado	Idade	Raça	Orientação Sexual	Identidade de gênero
EST 1	TII	18	Pardo	Gay	Homem Cis

⁵ Formulário online de coleta de dados

EST 2	TII	17	Branco	Bissexual	Mulher Cis
EST 3	BEE	19	Pardo	Gay	Homem Cis
EST 4	TII	18	Pardo	Gay	Homem Cis
EST 5	TII	18	Branco	Bissexual	Mulher Cis
EST 6	BCC	18	Amarela	Bissexual	Não-binário
EST 7	LPE	21	Branco	Gay	Homem Cis
EST 8	BCC	20	Branco	Bissexual	Mulher Cis
EST 9	BCC	22	Branco	Gay	Homem Cis
EST 10	TII	18	Pardo	Gay	Homem Cis

Fonte: Elaborada pela autora.

Além das/os estudantes, foram selecionadas 5 servidoras/es que atuam na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), na Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE) e na Coordenadoria Sociopedagógica (CSP).

O quadro 2 apresenta o perfil das/os servidoras/es participantes, identificados como SERV 1 (servidor/a 1), SERV 2 (servidor/a 2) e assim por diante.

Quadro 3 - Perfil das/os participantes da pesquisa - Servidores

ID das/os participantes	Setor	Idade	Tempo de serviço	Formação Acadêmica	Identidade de gênero
SERV 1	CSP	41 a 50	10 a 15	Especialização	Mulher Cis
SERV 2	CSP	31 a 35	7 a 10	Mestrado	Homem Cis
SERV 3	CAE	50 a 55	10 a 15	Especialização	Mulher Cis
SERV 4	CSP	31 a 35	7 a 10	Especialização	Mulher Cis
SERV 5	CRA	41 a 50	10 a 15	Mestrado	Mulher Cis

Fonte: Elaborado pela autora.

A próxima subseção abordará os métodos e procedimentos adotados para alcançar os objetivos gerais e específicos estabelecidos desta pesquisa.

3.3 Procedimentos Teórico-Metodológicos

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, descritiva-explicativa. O método utilizado fundamentou-se na metodologia da problematização com o Arco de Maguerez, que iniciou com a observação da realidade das/os participantes, pontos-chave, teorização, levantamento de hipóteses de solução, e, por fim, aplicação de ações de intervenção à realidade (Berbel, 2012).

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa busca a compreensão dos aspectos mais profundos de um grupo social ou organização, explorando a complexidade do comportamento humano em termos de atitudes, hábitos, comportamentos e opiniões subjetivas. Diferente da pesquisa quantitativa, a abordagem qualitativa permite a coleta de dados mais ricos em detalhes que não podem ser capturados efetivamente por técnicas estatísticas e matemáticas.

A pesquisa é de natureza aplicada ao visar desenvolver e aplicar um Produto Educacional (PE) e, de acordo com Gil (2008), ela depende das análises e impactos das descobertas baseadas em práticas embasadas na teoria, resultando em avanços significativos no desenvolvimento do conhecimento.

Segundo os objetivos da investigação, a pesquisa descritiva-explicativa visa “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”, assim como busca “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”, como mais “além da identificação da existência de relações entre variáveis determinando a natureza dessa relação”, ou seja, as explicações dos fatores, dos problemas por meio de resultados (Gil, 2008, p. 28).

Além disso, a pesquisa teve um caráter interventivo, buscando promover mudanças em contextos sociais ou organizacionais específicos. Isso implicou que, além de descrever e interpretar os dados coletados, a pesquisa também desenvolveu soluções práticas e efetivas para os problemas identificados durante o estudo.

A metodologia utilizada para analisar, organizar e gerar resultados foi a Análise Textual Discursiva (ATD). Essa abordagem transita entre a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise do Discurso (AD). A primeira baseia-se na interpretação de significado definida pela pessoa que produziu o texto e a segunda na produção de um texto específico (Moraes; Galiuzzi, 2006).

Conforme Moraes e Galiuzzi (2006; 2016) a ATD é realizada em cinco etapas, sendo elas: a unitarização, a categorização, a descrição, a interpretação e a

argumentação.

A análise começa com a unitarização, onde os textos são divididos em unidades de significado para posteriormente atribuir novos sentidos. Em seguida, essas unidades são organizadas em categorias, agrupando significados semelhantes para formar conjuntos mais complexos.

Após a categorização, vem a descrição, etapa na qual a pessoa que pesquisou detalha as categorias criadas, explicitando seus contextos e conteúdos. Essa fase permite uma compreensão clara e detalhada do material analisado.

A etapa seguinte é a interpretação, ao ter em vista entender os significados profundos e as relações entre as categorias. Essa fase envolve atribuir novos sentidos e construir conhecimentos a partir dos dados analisados.

Por fim, na etapa de argumentação, a pessoa desenvolve textos descritivos e interpretativos sobre as categorias temáticas, construindo metatextos analíticos que expressam as compreensões alcançadas, resultando na formulação de argumentos baseados nas interpretações feitas. Esta fase é crucial para a comunicação dos resultados, compondo os textos interpretativos finais que serão apresentados na dissertação.

Até aqui, foram explicitados os princípios teóricos utilizados para análise dos resultados e na sequência, serão discutidos os procedimentos práticos para realização da pesquisa.

3.4 Procedimentos Práticos

3.4.1 Procedimentos práticos para realização da pesquisa

Primeiramente, convém retomar os objetivos específicos para apresentar detalhadamente o método utilizado para atender cada um, a saber: (OE1) Identificar as diretrizes de acolhimento de estudantes LGBTQIA+ do Instituto Federal de São Paulo; (OE2) Compreender a percepção de estudantes LGBTQIA+ sobre os mecanismos de acolhimento promovido pelo IFSP-*Campus* Presidente Epitácio; (OE3) Analisar como a comunidade acadêmica acolhe as/os estudantes LGBTQIA+ do IFSP-*Campus* Presidente Epitácio; (OE4) Desenvolver um guia orientativo referente a diversidade de gênero/sexualidade e estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ da Educação Profissional e Tecnológica.

Para atender tais objetivos seguimos cada passo da metodologia da

problematização com o Arco de Maguerez, a saber:

1. Observação da realidade – nessa fase foram contemplados os objetivos específicos 1, 2 e 3. A busca pelas diretrizes de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ do Instituto Federal de São Paulo (OE1) foi realizada mediante análise de documentos disponíveis no *site* do Instituto Federal de São Paulo (IFSP⁶) e no *Campus* Presidente Epitácio (PEP). Para apreender a realidade, foram realizadas entrevistas com estudantes LGBTQIA+ (OE2) e servidoras/es técnico-administrativos da área educacional (OE3) do IFSP-*Campus* Presidente Epitácio.
2. Pontos-chave – os resultados do estudo documental e da entrevista permitiram entender como a instituição direciona as práticas de acolhimento a estudantes em geral, se há diretrizes específicas para o acolhimento de estudantes LGBTQIA+ e como as/os estudantes e servidoras/es percebem a atuação da instituição nesse sentido. Isso possibilitou um melhor delineamento do problema de pesquisa.
3. Teorização – nessa etapa foi realizado um estudo científico aprofundado sobre os pontos-chave relacionados ao problema da pesquisa, buscando respostas produzidas historicamente. Os temas educação profissional e tecnológica, formação integral, diversidade e identidade de gênero e acolhimento, *a priori*, nortearam o estudo teórico.
4. Hipóteses de solução – a partir da compreensão da realidade e dos conhecimentos historicamente produzidos sobre acolhimento educacional, foi realizada uma revisão da literatura para identificar possibilidades de intervenção que enriqueçam as ações de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ do IFSP-PEP. Com isso, foi elaborado o Produto Educacional (OE4), um guia interativo voltado para o acolhimento de tais estudantes em espaços escolares.
5. Aplicação à realidade – esta fase envolveu o desenvolvimento e a avaliação do Produto Educacional (PE), com o objetivo de gerar reflexões sobre como a instituição acolhia e poderia acolher as/os estudantes LGBTQIA+, consistindo em retornar à realidade e aplicar o conhecimento construído sobre o objeto da pesquisa. O guia interativo foi apresentado por meio de uma palestra para as turmas do terceiro ano do Ensino Médio Integrado em Informática e

⁶ <https://www.ifsp.edu.br/>

Mecatrônica do IFSP-PEP. Além disso, foi enviado por correio eletrônico, o *link* do guia para todas/os as/os servidoras/es e participantes da pesquisa do IFSP-PEP. As/os participantes responderam a um questionário avaliativo para expressarem suas impressões sobre o produto educacional.

A esquematização do Arco de Maguerez ocorre da seguinte forma, conforme ilustrada na figura 2:

Figura 2 - Organização do Arco de Maguerez



Fonte: Berbel (2012, p. 15).

3.4.2 Procedimentos práticos

A análise dos dados qualitativos seguiu os pressupostos teóricos da Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes e Galiazzi (2006). Na etapa da unitarização, os textos coletados foram lidos e fragmentados em unidades de significados, proveniente de documento institucional e entrevista com estudantes LGBTQIA+ e servidoras/es. Dos documentos, foram destacados os mecanismos existentes no IFSP-PEP para o acolhimento de estudantes LGBTQIA+, enquanto a entrevista foi analisada para identificar pontos de vista sobre o acolhimento existente

na instituição.

Na etapa de categorização, organizamos as unidades de significado identificadas na fase de unitarização e, baseando-se nisso, agrupamos os dados em categorias baseadas em semelhanças e temas recorrentes.

Na etapa de descrição, detalhamos cada categoria, enquanto na de interpretação usamos os textos científicos consultados. Incorporamos as ideias das/os autoras/es para fundamentar os dados unitarizados e categorizados, criando relações entre as observações empíricas e os conceitos teóricos. Analisamos como as atividades de acolhimento no IFSP-PEP contribuem para um ambiente mais inclusivo. Na etapa de argumentação, explicamos as relações entre as categorias e organizamos as ideias, utilizando as afirmações da interpretação para clarear e consolidar as compreensões, destacando as implicações práticas para o acolhimento de estudantes LGBTQIA+.

No próximo capítulo, serão discutidos os resultados da pesquisa.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. Para tanto, ele está dividido em subseções. Na primeira, subseção 4.1, analisam as diretrizes institucionais de orientação a ações de acolhimento de estudantes LGBTQIA+. Nas subseções 4.2 e 4.3 respondemos como estudantes LGBTQIA+ têm sido acolhidas/os pelo IFSP-PEP, nas perspectivas de estudantes e servidores técnicos-administrativos. Por fim, na subseção 4.4, são apresentadas sugestões de práticas pedagógicas de acolhimento que podem ser promovidas para estudantes LGBTQIA+.

4.1 Diretrizes de Acolhimento a Estudantes LGBTQIA+

4.1.1 Descrição das diretrizes

No âmbito institucional IFSP, existem algumas diretrizes que garantem o acolhimento e os direitos da comunidade LGBTQIA+, como o uso de nome social, a utilização de banheiros, uso da linguagem inclusiva, etc. O Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2019-2023 (IFSP, 2019), é um dos documentos que refletem essas políticas. Esse documento é uma ferramenta de gestão, avaliada e reformulada periodicamente com a participação de funcionárias/os, estudantes e pessoas da comunidade externa. Ele apresenta a identidade institucional do IFSP em termos de missão, visão, filosofia e planos estratégicos para alcançar suas metas e objetivos, além de desenvolver diretrizes institucionais, administrativas, pedagógicas, financeiras e de infraestrutura.

O IFSP, em seu PDI (IFSP, 2019), adota política de ações afirmativas para promover a inclusão e corrigir as desigualdades históricas e atuais resultantes em discriminação institucionalizada com base em etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade, deficiência, entre outros. Essas políticas asseguram o acesso, a permanência e o êxito das/os estudantes, sobretudo para pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, pessoas com necessidades especiais, imigrantes, mulheres transexuais, travestis, pessoas transgêneras e estudantes de escolas públicas.

O objetivo principal da Política de Ações Afirmativas do IFSP é implementar ações afirmativas por meio de programas específicos, com o objetivo de criar uma instituição inclusiva, pautada em valores democráticos e respeito à diversidade e às

diferenças. Essa política visa educar para os direitos humanos e garantir um ambiente acolhedor para toda a comunidade do IFSP (IFSP, 2019).

Como parte das ações afirmativas de acompanhamento e permanência às/aos estudantes, o IFSP garante às pessoas transgêneras o direito de serem tratadas de acordo com seu gênero e nome social, tanto durante o processo seletivo quanto ao longo de toda a sua trajetória na instituição. Além disso, defende a “utilização dos banheiros e espaços segregados por gênero, para que travestis, transexuais e transgêneros utilizem esses ambientes de acordo com a sua identidade de gênero” (IFSP, 2019, p. 242).

O documento em questão traz informações sobre o NUGS (IFSP, 2021b), sendo o Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade, aprovado pela Portaria n.º 5700/IFSP em 25 de outubro de 2021, um órgão muito importante dentro do IFSP. Sua missão é promover as práticas formativas e informativas, para fortalecer as práticas pedagógicas para que o IFSP seja efetivamente uma instituição não sexista e antirracista. Os serviços oferecidos pelo NUGS são fundamentais, ao envolverem estudantes, educadoras/es e técnicas/os administrativas/os na promoção de uma educação inclusiva, não sexista, que busca a igualdade de gênero, combate a violência e discriminação LGBT e valoriza a diversidade (IFSP, 2019).

O NUGS tem como finalidade “sensibilizar a comunidade do IFSP para a temática, bem como criar uma cultura de respeito à diversidade e um espaço educacional inclusivo e plural” (IFSP, 2019, p. 244). Segundo o PDI (IFSP, 2019), o NUGS tem o propósito de promover ações que garantam a educação inclusiva; incentivar a produção científica relacionada à temática do núcleo, além de encorajar a participação de mulheres e LGBTs na área da ciência e na carreira acadêmica; acompanhar e propor medidas para o cumprimento das leis que garantem o direito à vivência de identidades de gênero e sexualidade.

Outra norma importante é a Portaria n.º 2.102, de 13 de maio de 2014, do IFSP, que permite o uso do nome social por servidoras/es, estudantes e colaboradoras/es terceirizadas/os LGBT+ no âmbito da instituição. Essa portaria (IFSP, 2014), garante o direito ao uso do nome social para identificação funcional/acadêmica no órgão e prevê a utilização do nome social em cerimônias de outorga de grau, entre outros casos. A presente portaria cogita evitar violências psicológicas, constrangimentos e, conseqüentemente, a evasão de tais estudantes.

Posteriormente, o Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016, foi publicado para

complementar estas normas, abordando a temática relacionada ao emprego do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Esse decreto foi criado para estabelecer o que é o nome social e também a identidade de gênero, para fins legais (Brasil, 2016). Assim, fica definido que o nome social é a “designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida” (Brasil, 2016, art. 1, § 1). E a identidade de gênero é descrita como a:

[...] dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento (Brasil, 2016, art. 1, § 2).

O NUGS elaborou um importante documento orientador (IFSP, 2022a) para oferecer apoio à comunidade acadêmica em questões de gênero e sexualidade, destacar os esforços das/os servidoras/es na promoção da igualdade de gênero e orientar as ações do núcleo, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos.

No contexto do uso da linguagem inclusiva, uma Orientação (nota) de 2021 (IFSP, 2021a) enfatiza que a linguagem deve ser inclusiva e agregar diferentes grupos sociais, destacando a necessidade de reconhecer a realidade de discriminação e violência enfrentada por mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ e promover a igualdade de gênero.

Segundo Covas e Bergamini (2021), a linguagem inclusiva abrange uma ampla gama de enfoques que incluem sensibilidade de gênero na linguagem, para evitar estereótipos de papéis de gênero; uso de linguagem respeitosa em referência a pessoas com deficiência; entre outras abordagens sem preconceitos. Enquanto, a linguagem neutra é um termo que:

[...] Designa uma linguagem que abarca pessoas cujas identidades de gênero não são designadas pelos compostos binários homem ou mulher, partindo-se do pressuposto que a diversidade de identidade compõe múltiplas performatividades de gênero (Covas; Bergamini, 2021, p. 54900).

Outro importante documento do NUGS é a Nota Técnica – Ofício n.º 6/2022, de 25 de agosto de 2022, que orienta servidoras/es e estudantes do IFSP sobre procedimentos no tratamento de estudantes transgêneros. O objetivo é uniformizar práticas no *campus*, abordando o uso de nome social, a utilização de banheiros e linguagem inclusiva (IFSP, 2022b).

Sobre o uso de nome social, causando dúvidas para o NUGS é em relação às/aos estudantes menores de idade, por faltarem mais regulamentações específicas para essa questão. A Resolução CNE⁷ n.º 1 de 2018, garante o direito ao uso de nome social nas instituições da Educação Básica. Conforme Nota (IFSP, 2022b), “infelizmente, a lei não prevê os casos em que a família não aceita a adoção do nome social por alunos/alunas menores, há uma ‘lacuna na lei’ ” (IFSP, 2022b). Sendo assim, quando não houver um acordo com a família, deve-se adotar, oralmente, o nome pelo qual a/o jovem deseja ser chamada (IFSP, 2022b).

Quanto à utilização de banheiros, o mesmo documento (IFSP, 2022b) indica que as pessoas transgêneras têm o direito de utilizar os banheiros de acordo com sua identidade de gênero autoafirmada. Não é necessário quaisquer modificações na estrutura da escola, nem construir um terceiro banheiro. Além disso, não se aconselha utilizar banheiros destinados a docentes, servidoras/es ou pessoas com deficiência.

No contexto do uso de linguagem inclusiva ou neutra, o mesmo documento orienta que os “servidores e estudantes tenham liberdade para usar a linguagem inclusiva e requerer a utilização de formas de tratamento que expressem sua identidade” (IFSP, 2022b). Segundo Caê (2020, *apud* Magalhães *et al.*, 2023), a linguagem inclusiva não segue o binarismo de gênero, enquanto a linguagem neutra ou não binária evita a distinção de gênero no discurso linguístico para incluir todas as pessoas. Um exemplo de linguagem inclusiva seria dizer “aquela pessoa é trabalhadora”. A mesma frase em linguagem neutra seria “Ile é trabalhadore”.

De acordo com a autora Pinheiro (2020), a linguagem neutra surgiu da fragmentação e do surgimento de diversas pessoas não binárias, aquelas que não se enquadram no gênero feminino e masculino. Essas pessoas buscam uma comunicação mais inclusiva, rompendo com o binarismo de gênero imposta pela sociedade e diminuindo as diferenças do português padrão. Sem perceber, acabamos definindo o gênero ao qual estamos nos referindo. Dessa forma, o ideal é evitá-los nos casos em que isso seja possível. Em diversas ocasiões, usamos elementos tão naturalizados em nosso texto que nem percebemos que eles são substituíveis (Reis, 2021).

Algumas soluções permitem a adoção de uma linguagem inclusiva ou não sexista, trazendo mais inclusão ao idioma. Por exemplo: dar preferência às palavras

⁷ Conselho Nacional de Educação

que representam a coletividade, em vez de “os meninos”, utilizar “as crianças, infância”; “os homens” por “a população/o povo/ a humanidade”; “os cidadãos” por “a cidadania”; “os jovens” por “a juventude”; “o diretor” por “a direção”; “os índios” por “população indígena”; “os professores” por “corpo docente”, etc. Usar substantivos que representam instituições ao invés de indivíduos, como “a classe política” em vez de “os políticos”; “a diretoria” em vez de “os diretores”; “poder judiciário” em vez de “os juízes”; “a coordenação” em vez de “os coordenadores”; “a cidadania” em vez de “os cidadãos”, etc.

É importante prestar atenção às formas verbais utilizadas e à construção das frases para evitar a reprodução de estereótipos ou preconceitos. Por exemplo, em lugar de “se os policiais tivessem uma formação melhor, o racismo diminuiria” usar “se tivesse uma melhor formação, a polícia seria menos racista”, etc.

Alguns exemplos de uso de linguagem neutra incluem o uso de pronomes de gênero neutro, como “elu” ou “ile” substituindo “ele” e “ela”. Os defensores do gênero neutro preferem utilizar o pronome “elu” e suas variantes “delu”, “nelu”, “aquelu” como uma alternativa que inclui todas as pessoas, sem fazer distinção de gênero, permitindo que pessoas não binárias ou intersexo também sejam representadas. Além disso, evita-se o uso do artigo masculino genérico e utiliza-se o “e” como uma forma inclusiva para referir-se a pessoas não binárias ou intersexo.

Existem alguns exemplos de palavras como “todos” ou “todas” sendo substituídas por “todxs” e “tod@s”. No entanto, isso representa um problema: os *softwares* de leitura não conseguem interpretar essas palavras, o que pode prejudicar o recebimento da informação por pessoas com deficiência visual ou pessoas analfabetas. Além disso, o uso de “X” ou “@” dificulta a leitura para pessoas com dislexia. Portanto, é recomendável evitar o uso do X ou @!

O *Campus* PEP também conta com o Regulamento Interno do Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero (IFSP, 2020), que fomenta iniciativas voltadas para a valorização e respeito à diversidade entre estudantes, servidoras/es e comunidade. O comitê é formado por representantes de diferentes segmentos e tem como missão combater todas as formas de preconceito, discriminação e violência, transformando o ambiente escolar em um espaço de equidade, liberdade e respeito.

Em suma, o IFSP possui normas e diretrizes para acolher e garantir os direitos das/os estudantes LGBTQIA+. Isso inclui permitir o uso de nome social, banheiros

inclusivos e linguagem inclusiva e neutra. A análise detalhada dessas diretrizes será abordada na próxima seção.

4.1.2 Análise das diretrizes

Nessa etapa, foi realizada uma pesquisa documental para levantar dados sobre as diretrizes de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no Instituto Federal de São Paulo (OE1), por meio do estudo de documentos disponíveis no site do IFSP e em outros no *Campus* Presidente Epitácio (PEP).

Foram identificados 5 documentos na reitoria do IFSP e 1 no *Campus* Presidente Epitácio. Os documentos analisados foram: 1) Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (PDI), 2) Portaria n.º 2.102, de 13 de maio de 2014, 3) Portaria n.º 5700/IFSP, de 25 de outubro de 2021, 4) Ofício n.º 6/2022(Nota técnica), 5) Orientação sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra e o 6) Regulamento Interno do Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade e Étnico-racial do *Campus* Presidente Epitácio.

Tais documentos orientam o acolhimento de estudantes LGBTQIA+ nas seguintes formas: a) uso do nome social; b) uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero; c) uso da linguagem inclusiva; d) Respeito, Igualdade e Direitos; e) Ações de combate à violência e discriminação.

Sobre o uso do nome social (a), o documento Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2019-2023, aponta que “o IFSP assegura ao candidato transgênero, travesti ou transexual o direito de ser tratado pelo gênero e pelo nome social durante todo o processo seletivo” (IFSP, 2019, p. 241).

Na Portaria n.º 2.102, de 13 de maio de 2014, o documento também orienta que:

Fica assegurado aos servidores públicos, estudantes e trabalhadores terceirizados, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, o uso do nome social adotado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (IFSP, 2014, art. 1).

O Ofício n.º 6/2022 destaca a incerteza quanto ao procedimento para estudantes menores de 18 anos, quando a lei não prevê situações em que a família não aprova o uso do nome social. Assim, conforme o documento:

[...] enquanto um diálogo saudável não puder ser estabelecido com a família e enquanto não for possível a mudança nos documentos (IFSP, 2022, art. 1).

na oralidade, o nome pela qual a/o jovem deseja ser chamada(o), afinal a escola é garantidora de direitos e deve denunciar quando a família está violando ou obstando o pleno desenvolvimento da criança e/ou adolescente (IFSP, 2022b).

A segunda orientação, que diz respeito ao uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero (b), está presente nos documentos do Ofício n.º 6/2022 e do PDI 2019-2023, IFSP, 2019). A orientação é para que travestis, transexuais e transgêneros utilizem o banheiro conforme a sua identidade de gênero. O Ofício (IFSP, 2022b), destaca que:

[...] não é necessária qualquer alteração na arquitetura da escola, não sendo necessária a construção de um terceiro banheiro, bem como não se orienta que estas pessoas utilizem banheiros de docentes, servidores ou de deficientes (IFSP, 2022b).

Quanto ao uso da linguagem inclusiva, o documento intitulado “Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero – NUGS” aponta que “a linguagem deve ser inclusiva e agregar diferentes grupos sociais” (IFSP, 2021a, s.p). O Ofício, orienta que “[...] servidores e estudantes tenham liberdade para utilizar linguagem inclusiva e requerer a utilização de formas de tratamento que expressem sua identidade” (IFSP, 2022b, s.p). De acordo com Pinheiro (2020), a adoção da linguagem neutra teve origem a partir da diversidade e do surgimento de diversas pessoas que não se identificam com os gêneros feminino ou masculino. Essas pessoas solicitavam uma linguagem que não fazia distinção de gênero, para mitigar as disparidades causadas pela imposição da binaridade de gênero pela língua portuguesa padrão.

A quarta orientação é em relação ao respeito, igualdade e direitos (d). A Portaria n.º 5700/IFSP, de 25 de outubro de 2021, que orienta o Regulamento do Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) do IFSP, instrui a “promover ações que contribuam com a equidade e com a igualdade entre os gêneros, entre as diferentes formas de orientação do desejo e da vivência da sexualidade” (IFSP, 2021b, p. 3). O Ofício n.º 6/2022 ressalta “[...] o reconhecimento e o respeito às diferenças e para a promoção da dignidade das pessoas transexuais e transgêneras, ainda que sejam menores de idade” (IFSP, 2022b, s.p).

Em relação às ações de combate à violência e discriminação (e), quinta orientação, a Portaria n.º 5700/IFSP, de 25 de outubro de 2021, estabelece que o

NUGS deve “[...] desenvolver ações que garantam o acolhimento, acompanhamento e a permanência escolar de estudantes que sofrem algum tipo de discriminação em relação a identidade de gênero ou orientação sexual” (IFSP, 2021b, p. 3). Além disso, prevê a criação de “campanhas permanentes de conscientização e esclarecimento sobre as diversas formas de violências relacionadas à identidade de gênero e à sexualidade” (IFSP, 2021b, p. 4).

Conforme a análise documental, é possível afirmar que o IFSP busca alinhar-se com os princípios teóricos de acolhimento a estudantes LGBTQIA+, isso porque de acordo com Conopca (2019), o reconhecimento das diversidades sexuais e do uso do nome social de pessoas travestis e transexuais encontra respaldo em dispositivos legais, como no Decreto Presidencial N.º 8.727, de 28 de abril de 2016, conhecido como Decreto do Nome Social. O decreto estabelece diretrizes para a utilização do nome social e para o reconhecimento da identidade de gênero de indivíduos transexuais e travestis em instituições públicas federais, servindo como um modelo para que outros níveis de governo adotem o uso do nome social. A Resolução n.º 12, de 16 de janeiro de 2015, estabelece que:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art. 2º Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art. 3º O campo “nome social” deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

Art. 4º Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 5º Recomenda-se a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social (Brasil, 2015, p.1-2).

A Resolução n.º 12/2015, também estabelece, no Art. 6º, que o uso de banheiros, vestiários e demais espaços devem ser garantidos por gênero, de acordo com a identidade de gênero de cada um (Brasil, 2015).

Isso significa que tanto o Ofício n.º 6/2022 quanto o PDI (IFSP, 2019-2023) e a Resolução n.º 12/2015 mostram avanços significativos, permitindo que pessoas

transgêneras (travestis, transexuais) utilizem banheiros conforme sua identidade de gênero. Ações como essas demonstram o esforço das escolas para incluir a diversidade em seu trabalho pedagógico.

Conclui-se dos resultados que o IFSP tem concentrado esforços para instruir, por meio de documentos, a comunidade interna na promoção do acolhimento a estudantes LGBTQIA+. Percebe-se que a classe dirigente traça orientações para a promoção de ações que levem as/os estudantes LGBTQIA+ a se sentirem acolhidas/os e pertencentes à instituição. No entanto, a existência de documentos institucionais que amparam legalmente as/os estudantes LGBTQIA+, muitas vezes, não significa que ações efetivas tenham ocorrido junto a tais estudantes, então é pertinente a continuidade da presente pesquisa, que identificará a percepção de estudantes e servidoras/es a respeito de práticas de acolhimento no contexto do Instituto Federal de São Paulo.

4.2 Acolhimento no IFSP– PEP: Percepção de Estudantes LGBTQIA+

Para compreender a percepção das/os estudantes LGBTQIA+ sobre as ações de acolhimento da instituição, foram realizadas entrevistas com um roteiro de 9 perguntas abertas. O objetivo foi investigar os mecanismos de acolhimento no IFSP-PEP. Na fase inicial, participaram 10 estudantes LGBTQIA+ do *Campus* Presidente Epitácio.

A partir da leitura e releitura das narrativas das/os participantes, foram categorizados e agrupados os fragmentos discursivos mais relevantes para compreensão das percepções. Ao todo, surgiram 30 fragmentos discursivos relacionados a esse objetivo específico, que visa identificar os mecanismos de acolhimento promovidos pelo IFSP-PEP, conforme a perspectiva das/os estudantes LGBTQIA+.

Dos 30 fragmentos discursivos: 11 mencionaram a Semana da Diversidade, representando 36,65% das falas das/os estudantes; 9 fragmentos se referiram às palestras, correspondendo a 30%; 6 destacaram os debates, correspondendo a 20%; 3, mencionaram o suporte psicológico institucional, representando 10%; 1 mencionou a inclusão de nome social, correspondendo a 3,35%.

As categorias, as inferências e a classificação das porcentagens são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 4 - Categorias, inferências e porcentagens – Estudantes

Aspecto analisado	Categorias	Inferências	Porcentagens
Atividades de Acolhimento no IFSP-PEP	Semana da Diversidade	11	36,65%
	Palestras e eventos	9	30%
	Debates e discussões	6	20%
	Suporte psicológico	3	10%
	Inclusão de nome social	1	3,35%
	Total	30	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observadas as categorias e inferências, serão apresentadas na sequência as interpretações dos dados, à luz do referencial teórico.

4.2.1 Semana da Diversidade

A partir da análise das entrevistas com estudantes LGBTQIA+ do *Campus PEP*, observa-se que a Semana da Diversidade é destacada como uma das principais atividades de acolhimento promovidas pela instituição. Esta atividade é valorizada pelas/os estudantes por sua capacidade de fomentar discussões e ampliar a conscientização sobre questões de diversidade. Como expresso pelas/os participantes:

[...] a semana da diversidade é uma coisa que eu acho muito legal, as pautas que trazem aqui... acaba abrindo um pouco mais a mente, quando vai, quando conhece sistemas, quando vem alguém aqui falar sobre e fala de uma forma respeitosa assim (EST 7).

A semana da diversidade é um grande ponto e sempre foi uma ação que despertou conversas dentro com os professores e alunos, entre os professores, entre os alunos, então sempre achei que foi uma das coisas mais interessantes daqui do instituto [...] (EST 8).

[...] o que marcou bastante... foi um filme, eu acho o nome do filme é “Hoje não quero voltar sozinho”. É um filme que me marcou muito, por conta que fala sobre, não só a questão da comunidade LGBT, mas também, de como é

você ser um LGBT e ainda por cima você tem algum tipo de deficiência (EST 5).

Essas narrativas destacam a Semana da Diversidade como uma iniciativa significativa, embora as/os participantes EST 4, EST 8 e EST 9 tenham ressaltado que essas atividades não têm tido muita adesão e nem são vistas como importantes por grande parte da comunidade escolar:

[...] são palestras, são orientações de professores, orientações de alguns servidores que falam sobre o assunto, mas ainda assim é uma vez ao ano, na semana da diversidade e não algo recorrente sabe [...] (EST 4).

[...] a gente tem a semana de diversidade né, aqui no instituto, que eu acho que é um momento muito interessante, mas muitas pessoas não conseguem ver valor [...] (EST 8).

Eles oferecem uma vez por ano... para assistir essas palestras da semana da diversidade só aquilo ali, só naquela semana, só naquele mês (EST 9).

Apesar dos esforços reconhecidos e dos impactos positivos observados, o IFSP-PEP ainda enfrenta desafios para garantir que suas ações de acolhimento sejam amplamente eficazes e percebidas como contínuas e valorizadas pela comunidade estudantil. Importante ressaltar que o *Campus* Presidente Epitácio investe tempo, recursos e colaboração de várias/os servidoras/es para realizar as atividades da Semana da Diversidade. Esse evento promove momentos fundamentais de acolhimento para a comunidade LGBTQIA+, podendo influenciar ou não na sua integração e permanência na instituição.

4.2.2 Palestras e eventos

As/os estudantes apontaram as palestras e eventos realizados durante a Semana da Diversidade como fundamentais para obtenção de informações, identificação e conscientização. Essas palestras abordam diversos temas importantes, como identidade de gênero e sexualidade, desempenhando um papel crucial na desconstrução de preconceitos:

As palestras, na semana da diversidade falam sobre o tema, vários temas, de identidade de gênero, de sexualidade. Realmente, temas importantes para serem abordados. (EST 3).

Teve palestras, sobre pessoas trans, teve palestra sobre pronome neutro, sobre pessoas não binárias e eu participei até das palestras. (EST 2).

[...] as palestras foram um bom meio para o meu amigo poder se reconhecer e poder se identificar, se descobrir. (EST 2).

[...] mais importante é conscientizar as pessoas, você tipo mudar a mente porque é importante sobre o preconceito de qualquer forma contra pessoas asiáticas, com pessoas negras, qualquer tipo de preconceito. É importante promover palestras que conscientizem as pessoas porque nem sempre todo mundo pensa nesse tipo de formação. (EST 6).

As palestras e eventos durante a Semana da Diversidade são percebidas/os pelas/os estudantes como atividades essenciais de acolhimento. No entanto, é fundamental que essas iniciativas se estendam além da Semana da Diversidade. A continuidade dessas ações ao longo do ano é necessária para disseminar informações, promover impactos positivos na comunidade escolar e fortalecer os valores de diversidade e inclusão.

4.2.3 Debates e discussões

As/os participantes relataram que as discussões sobre questões de gênero e sexualidade ocorriam de forma espontânea em sala de aula, geralmente decorrente de alguma situação ocorrida ou levantada pelas/os próprias/os estudantes. Essas discussões não seguiam um planejamento prévio, surgindo naturalmente durante as aulas de disciplinas como Sociologia, História e Geografia. Esses debates, facilitados por educadoras/es engajadas/os, desempenhavam um papel fundamental na promoção de reflexões:

[...] as professoras das matérias de humanas geralmente Sociologia, História por exemplo costumam fazer debates que envolvem essas temáticas da diversidade, da nossa comunidade e eu achei isso muito legal. (EST 10).

[...] nossa professora antiga de Sociologia falava muito sobre essas questões, tem professor de Geografia também e tinha professor de Filosofia que ele também dava pauta pra gente poder discutir essas questões... quando eu fui passando por essa parte com os debates, foi desconstruindo muitos preconceitos que eu tinha na minha cabeça [...] (EST 2).

Silveira (2022) observa que, nas escolas atuais, as discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual são limitadas às ações pontuais realizadas isoladamente por professoras/es em suas aulas. Morais (2020), enfatiza a importância de uma abordagem sensível, atenta e contextualizada por parte do corpo docente ao discutir questões de diversidade e inclusão em sala de aula. Isso implica identificar e aproveitar as oportunidades que surgem para discutir esses temas de maneira contextualizada para as/os estudantes.

4.2.4 Suporte Psicológico

Os profissionais de apoio psicológico desempenham um papel fundamental nos diferentes *campi*, integrando a equipe da Coordenadoria Sociopedagógica (CSP). Eles são responsáveis por atividades que envolvem todas/os as/os estudantes, independentemente da modalidade de ensino, bem como interagem com professoras/es, responsáveis pelas/os estudantes e outras pessoas da comunidade escolar.

Conforme destacado pela autora Baldo (2023), suas atribuições abrangem uma variedade de situações, desde o acolhimento e orientação psicológica diante de conflitos ou dificuldades, até o planejamento de programas pedagógicos que considerem aspectos psicológicos no processo de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito ao suporte psicológico, as/os participantes enfatizaram sua importância como um recurso vital para estudantes. Destacam-se nas falas:

[...] auxílio psicológico que é dado né, por conta que o instituto tem psicólogo, que ajuda essas questões e tudo mais (EST 5).

[...] auxílio psicólogo... porque ser LGBT é um pouco assim mexe com psicológico, porque há situações que as pessoas podem passar e daí acho que aqui dentro do instituto tem uma equipe assim que ajuda bastante (EST 7).

Nessas falas, as/os participantes mencionaram que ser LGBTQIA+ pode gerar desafios emocionais e psicológicos devido às experiências de discriminação, preconceito e exclusão social. Nesse sentido, a presença de uma equipe de apoio psicológico na instituição é necessária para oferecer suporte e orientação a essas/es estudantes. No entanto, o EST 4 expressou suas preocupações:

[...] eu não fico muito confortável de falar isso... por receio sincero dele não entender. Não levaria no âmbito LGBT, levaria a mesma situação “ah, você pode resolver dessa maneira”, mas sabe sem entender, sem levar em consideração a orientação ou identidade do aluno [...] (EST 4).

Essa preocupação evidencia os desafios de compreensão e sensibilidade enfrentados pelos/as profissionais de apoio psicológico ao lidarem com essas questões, ressaltando a importância de uma abordagem que considere a orientação e a identidade de cada estudante no momento de oferecer suporte psicológico. Alves, Kessler e Costa (2021) argumenta que é importante garantir um espaço onde as pessoas possam falar e ser ouvidas. Participar ativamente, seja através da fala ou da

escuta, confirma a identidade e a importância de cada indivíduo. Ela destaca que tal abordagem é especialmente significativa para tais profissionais, ao ajudar a reconhecer e valorizar a existência das pessoas em suas diferentes formas de ser e estar no mundo.

Em suma, o suporte psicológico desempenha um papel importante no acolhimento e no bem-estar das/os estudantes, destacando a necessidade de uma abordagem sensível e inclusiva por parte das/os profissionais. Assim, a instituição deve garantir uma formação contínua para construir formas efetivas de acolhimento que atendam a todas as necessidades das/os estudantes.

4.2.5 Inclusão de Nome Social

A inclusão do nome social foi apontada pelas/os participantes como um importante mecanismo de acolhimento, evidenciado pelas vivências cotidianas em sala de aula “[...] como não podia mudar meu nome social porque meus pais não autorizavam... então eu decidi, tipo conversei com os professores e com os alunos... a maioria dos professores foi bem tranquilo com isso” (EST 6). No entanto, também houve desafios e resistência por parte do corpo docente, como revela na fala “[...] dois tiveram mais resistência, mas acabaram chamando afinal. Mas foi meio difícil” (EST 6).

A inclusão do nome social é particularmente desafiadora, principalmente para menores de idade sem autorização dos pais. O estudante comentou que “[...] é triste porque às vezes os pais não apoiam, então não tem como você colocar realmente nome social se você for menor de idade” (EST 6).

Essas experiências ressaltam a importância do apoio institucional e das/os servidoras/es na criação de um ambiente acolhedor. O participante EST 6 comentou “[...] eu acho que o fato de poder incluir o nome social já é uma forma de inclusão boa [...]” (EST 6).

Silveira (2022) destaca que a utilização do nome social, embora possa parecer uma ação simples e básica em termos de respeito às/aos estudantes LGBTQIA+, pode representar uma maneira significativa para tais estudantes exercerem sua dignidade e tenham seus direitos reconhecidos, além de funcionar como um importante meio de acolhimento. O autor argumenta que ao adotarmos o nome social de uma pessoa, estamos integrando-a naturalmente ao ambiente escolar, deixando

de rotulá-la por meio de estereótipos e concepções preconcebidas sobre sua sexualidade.

No âmbito do IFSP, a regulamentação para o uso do nome social já é uma realidade na instituição e sua implementação conforme a lei é essencial. Esse mecanismo de acolhimento revela-se poderoso para as/os estudantes LGBTQIA+, assegurando que se sintam verdadeiramente acolhidas/os e reconhecidas/os em sua identidade. No entanto, a inclusão do nome social é mais difícil para estudantes menores de idade, por requerer a autorização dos pais ou responsáveis, que muitas vezes não oferecem o apoio necessário.

Esgotada a apresentação das percepções de estudantes LGBTQIA+ acerca do acolhimento institucional que recebem, a seguir, abordamos o acolhimento a tais estudantes sob a perspectiva de 5 servidoras/es técnicos administrativos em educação do IFSP-PEP.

4.3 Acolhimento no IFSP-PEP: Percepção de Servidores

Neste tópico, analisamos como a comunidade acadêmica do IFSP-PEP percebe o acolhimento de estudantes LGBTQIA+. Nessa análise, participaram da entrevista 5 servidoras/es sendo: SERV 1, SERV 2, SERV 3, SERV 4 e SERV 5. A partir da leitura minuciosa das respostas, foram identificados elementos que permitiram a construção de categorias, organizadas conforme as percepções delas/es sobre a existência de ações de acolhimento no IFSP-PEP.

Foram identificados 16 fragmentos que indicavam atividades de acolhimento a estudantes LGBTQIA+. Destes, 7 (43,75%) fragmentos referiu-se a Semana da Diversidade, 4 (25%) ao Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero, 3 (18,75%) ao Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS), 2 (12,50%) referentes à inclusão de nome social. As categorias, inferências e porcentagens estão sistematizadas para melhor compreensão no quadro a seguir.

Quadro 5 - Categorias, inferências e porcentagens – Servidores

Aspecto analisado	Categorias	Inferências	Porcentagens
	Semana da Diversidade	7	43,75%

Atividades de Acolhimento no IFSP-PEP	Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero	4	25%
	Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS)	3	18,75%
	Inclusão do nome social	2	12,50%
Total		16	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com base nas categorias identificadas, passamos a explorar as percepções das/os servidoras/es sobre as atividades de acolhimento.

4.3.1 Semana da Diversidade

A categoria Semana da Diversidade foi a ação de acolhimento mais mencionada pelas/os servidoras/es, destacando sua importância na disseminação de conhecimento e orientação. Todas/os entrevistadas/os comentaram sobre essa semana e como ela contribui para abordar temas relevantes, incluindo as questões de gênero:

Então a gente promove aqui no IFSP no *Campus* Presidente Epitácio a Semana da Diversidade já tem alguns anos... a gente garante que esses temas sejam abordados né, então tanto as questões de gênero, questões de sexualidade, as questões raciais [...] (SERV 1).

Oferece, não sei se no nível necessário, mas oferece. Como falei antes, a gente tem a semana da diversidade [...] (SERV 2).

[...] em geral são palestras, oficinas né, coisas mais formativas... Mas é só de falar do tema né, geram um movimento com os alunos, com os servidores também em que eu acho positivo. (SERV 2).

Sim, na própria última Semana de Diversidade que a gente teve, nós tivemos várias palestras de gênero de tudo que engloba esse público... sim, isso é trabalho de formiguinha, mas é assim que tem que ser feito. (SERV 3).

Apesar da importância destacada dessa atividade, as/os participantes SERV 4, SERV 2, SERV 1 e SERV 5 apontaram a resistência que houve no início e a desvalorização por parte de colegas:

Na primeira vez né, a gente fez um evento que teve bastante resistência... discussões acaloradas, pessoas saindo da sala, se sentindo desconfortáveis com as temáticas que estavam sendo abordadas né. Mas parece que isso foi algo que se consolidou. Então o *campus* tem essa semana da diversidade

que eu acho que é um marco importante, sabe. (SERV 4).

A gente tem a semana da diversidade que trabalha esses temas com toda a comunidade né, mas não são todos os servidores que participam [...] (SERV 2).

Então há esse espaço, mas eu ainda acho pouco né, um espaço assim se você pensar que é uma semana durante todo o ano letivo é pouco né. (SERV 1).

Eu acho que elas existem, mas elas são pontuais, elas são tratadas durante uma semana no ano letivo com a semana da diversidade, acho que é ali que acontece e pronto né. Depois você não vê mais esse tipo de ação na instituição. (SERV 5).

A Semana da Diversidade é um marco significativo no acolhimento de estudantes no *campus*, proporcionando um espaço para discussões essenciais sobre gênero, sexualidade, questões raciais, entre outros. No entanto, a resistência inicial e a falta de participação maior das/os servidoras/es indicam a importância de melhoria. Para isso, é necessário a integração de atividades de inclusão de estudantes LGBTQIA+ ao ensino. Dessa forma, fica garantido que todas/os as/os estudantes, independentemente do semestre de ingresso ou disponibilidade, tenham acesso permanente a informações e apoio.

4.3.2 Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero

As/os participantes destacaram a relevância dessa categoria por abordar uma ampla gama de temas relacionados à diversidade, incluindo questões de gênero e sexualidade. No ano de 2020, o Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero do IFSP-PEP surgiu em resposta à inquietação da comunidade do *campus* buscando garantir o reconhecimento e a preservação dos direitos humanos universais.

Com representantes dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo e da comunidade externa, o comitê tem a missão de promover ações que envolvam estudantes, servidoras/es e a comunidade do IFSP-PEP, favorecendo uma formação humana embasada nos princípios de valorização e respeito à diversidade. Seu objetivo principal é assegurar a observância e a defesa dos direitos humanos, assim como promover a igualdade étnico-racial e de gênero, destacando a diversidade

humana e atuando como órgão consultivo do *campus* nessas questões (IFSP, 2020).

Segundo relatos:

[...] no ano de 2020, a gente criou o comitê para a promoção dos direitos humanos né, aqui no *campus*, então ele aborda tanto as questões de gênero, questões de sexualidade e as questões raciais [...] (SERV 1).

[...] aqui tem um comitê de direitos humanos... eu sei que o comitê tem algumas ações que também entram o público LGBT, mas algumas são bem específicas [...] (SERV 4).

O comitê repudia veementemente qualquer forma de violência, preconceito e discriminação, buscando transformar a escola em um ambiente de liberdade, equidade e respeito. Desde sua criação, tem mantido reuniões mensais para desenvolver seu regulamento e discutir a inclusão de novas pessoas, fortalecendo suas ações. Além disso, realiza campanhas educativas e contribui para as atividades do *campus*, sempre com foco na garantia dos direitos humanos.

O comitê é um mecanismo de transformação, tendo em vista que promove discussões e assegura um processo educativo que capacita a comunidade acadêmica a abraçar a diversidade e a justiça social. Ao considerar a escola como espaço de liberdade e respeito, educadoras/es e educandas/os articulam formas de desconstruir desigualdades relacionadas à identidade de gênero, diversidade sexual e outras formas de violência, potencializando a promoção de uma educação democrática e inclusiva.

4.3.3 Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS)

O Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) é uma instância consultiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), com atuação das/os representantes em quase todas as unidades do IFSP (incluindo os *campus* e Reitoria). O NUGS é um grupo de trabalho colaborativo que atua em conjunto com representatividade de diferentes segmentos da comunidade escolar. Esse grupo é essencial para a produção de conhecimento sobre gênero e diversidade sexual, além de apoiar políticas de ações afirmativas voltadas para a inclusão das/os estudantes LGBTQIA+. O núcleo facilita o processo de conscientização da comunidade escolar sobre as diversas formas de manifestações sexuais e identitárias e enfatiza a importância do respeito às diferentes expressões não hegemônicas.

O NUGS é importante na formação, promoção, valorização e reconhecimento

das diversidades. Além disso, o NUGS implementa estratégias sistemáticas para combater a violência, a discriminação de gênero, os preconceitos e estereótipos enraizados na sociedade. As/os servidoras/es ressaltam a importância do NUGS, conforme indicado nas falas abaixo:

[...] a gente tem o NUGS né, que é um núcleo que trabalha com esse tema. (SERV 2).

[...] um núcleo que trabalha políticas afirmativas para esse público... um grupo de discussões sobre a temática e como isso pode estar envolvido no dia a dia da instituição. (SERV 5).

No entanto, há questionamentos sobre a representatividade do NUGS no *campus*, pois as/os servidoras/es SERV 5, SERV 3 e SERV 4 não sabem quem é a/o representante e questionam sua efetividade:

[...] esse NUGS ele deveria ter representatividade em cada *campus*. Eu desconheço, eu não sei nem quem é o representante do *campus*... são ações pontuais né, é que eu vejo só ações pontuais. (SERV 5).

[...] eu avalio assim que ainda está 50%, precisa melhorar. Precisa ser mais efetiva as ações, mas elas estão sendo feitas. (SERV 3).

Do *campus* eu não tenho conhecimento. No instituto sim né, a gente tem por exemplo tem um NUGS [...] (SERV 4).

SERV 2 expressa o descontentamento com a organização do NUGS, dado que ele é centrado na reitoria e atende todos os *campus*. Mesmo com a existência de representantes, as pautas não são discutidas com a rapidez que seria possível se fossem tratadas internamente nos *campus*. Conforme relata “[...] acredito que mesmo a gente tendo membros aí né, o NUGS tem algumas orientações importantes para alguns temas, mas acaba ficando esporádico, pouco frequente [...]” (SERV 2).

A pessoa representada pela SERV 4 exemplifica que, em outro *campus* há um grupo específico para este tema criado por um docente, e com o passar do tempo e o interesse das/os estudantes, o grupo passou a se reunir para discussões e elaboração de sugestões aos comitês e núcleos. SERV 4 acredita que as/os estudantes de outros *campus* poderiam se beneficiar com uma abordagem semelhante.

[...] por isso que eu acho que é importante que o *campus* tenha, se discuta isso porque através disso, quando o estudante percebe que ele tem canais de acolhimento, ele se sente mais à vontade, tanto para denunciar, quanto para se expressar [...] (SERV 4).

Segundo Strapazzon (2021), para os núcleos serem eficazes é essencial que seus integrantes tenham o conhecimento necessário para fomentar discussões sobre

temas de ordem local e coragem para enfrentar resistências.

Como visto, o NUGS do IFSP representa um papel vital na promoção da inclusão e no combate aos preconceitos dentro da instituição. No entanto, para que seu impacto seja maior, faz-se necessário fortalecer sua representatividade e presença em cada *campus*, garantindo uma abordagem integrada e responsiva às necessidades locais. Além disso, estabelecer canais de acolhimento dentro da escola é fundamental para a construção de um ambiente educacional acolhedor e harmônico.

4.3.4 Implementação do Nome Social

O reconhecimento do uso do nome social representa uma grande conquista para pessoas travestis e transexuais, permitindo que utilizem o nome que reflete sua identidade de gênero.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP), antes mesmo da promulgação do Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016, que trata sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, já demonstrava o seu compromisso com os direitos humanos e a dignidade humana (Brasil, 2016).

Através da Portaria n.º 2.102, de 13 de maio de 2014, a instituição permitiu que servidoras/es, estudantes e trabalhadoras/es terceirizadas/os (travestis e transexuais) utilizarem seus nomes sociais de acordo com a identidade de gênero, visando garantir a inclusão, a permanência e o sucesso das pessoas no ambiente educacional (IFSP, 2014). Isso é evidenciado na fala:

Agora eu acho que dentro do nosso *campus*, acho que a única coisa que é feita é o que é pra lei já garante, que é por exemplo a adoção do nome social [...] (SERV 1).

[...] eu acho que hoje, a única coisa que se garante é a utilização do nome social, por exemplo né que já é um começo [...] (SERV 1).

Assim, fica evidente que a instituição tenta não ser excludente, promovendo a inclusão e o respeito às diversidades de cada um, estabelecendo politicamente uma instância de apoio às/aos estudantes LGBTQIA+ e às ações voltadas para a inclusão desse público. O nome social ainda é motivo de luta para as pessoas trans, desrespeitada em várias instituições. O nome social é legítimo e deve ser respeitado como forma de reconhecimento das identidades sexuais. Reconhecer o nome social

é um passo importante.

Conopca (2019) argumenta que, embora o tema seja complexo, não há como ignorar a importância da discussão. A população LGBTQIA+ compõe uma minoria, cujos direitos devem ser totalmente respeitados, pois a inclusão escolar é fundamental para alcançar a igualdade de oportunidades.

Portanto, o nome social é uma ferramenta essencial para a construção da identidade de gênero de estudantes trans na Educação Profissional e Tecnológica, pois não se trata apenas de um nome, mas sim de um elemento que reflete o respeito, a dignidade e a inclusão social do indivíduo.

4.4 Comparativo dos Resultados e Encaminhamentos

4.4.1 Comparativo dos Resultados

Diante da análise e discussão dos dados, e à luz dos objetivos específicos de identificar as diretrizes e as percepções de estudantes e servidoras/es a respeito de ações de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no contexto do IFSP-PEP, trazemos, no quadro 6, um comparativo do que os documentos institucionais orientam com o que estudantes e servidoras/es percebem.

Quadro 6 - Quadro comparativo

Diretrizes	Percepções - Estudantes	Percepções - Servidores
Nome social	Nome social	Nome social
Banheiro	-	-
Linguagem Inclusiva	-	-
Respeito, Igualdade e Direitos	-	-
Combate à violência e discriminação	-	-
-	Semana da Diversidade	Semana da Diversidade
-	Palestras e eventos	-
-	Debates e discussões	-

-	Suporte Psicológico	-
-	-	Comitê
-	-	NUGS

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme mostra o quadro 6, foi possível concluir que, embora existam diretrizes institucionais importantes para o acolhimento de estudantes LGBTQIA+ no IFSP-PEP, como o uso do nome social e a realização da Semana da Diversidade, há uma lacuna significativa entre as orientações e as percepções tanto de estudantes quanto de servidoras/es. Embora o uso do nome social seja amplamente reconhecido e valorizado, outras diretrizes essenciais, como o uso de banheiros, de linguagem inclusiva, combate à discriminação não são percebidas ou visíveis no dia a dia, sugerindo um distanciamento entre o que é proposto institucionalmente e o que é de fato vivenciado na prática.

Essa falta de percepção tanto por estudantes quanto por servidoras/es pode indicar que as diretrizes voltadas para o acolhimento não estão sendo divulgadas adequadamente ou implementadas de maneira clara e consistente. A ausência de menções ao suporte psicológico, palestra e debates e às ações do Comitê e do NUGS nas respostas reforça a ideia de que, embora essas iniciativas existam, elas ainda não são suficientemente acessíveis ou efetivas para serem reconhecidas como parte do cotidiano institucional.

A partir disso, é possível constatar aspectos positivos e avanços no processo de acolhimento, assim como existem desafios a serem superados para melhoria do ambiente escolar no intuito de torná-lo mais inclusivo para a comunidade LGBTQIA+.

Na sequência, descrevemos como as/os participantes percebem os desafios da instituição quanto ao processo de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ e como visualizam o enfrentamento desses desafios.

4.4.2 Encaminhamentos

Tanto servidoras/es quanto estudantes apresentaram práticas de acolhimento a serem implementadas pela instituição, sendo: 1) curso de curta duração; 2) palestras por pessoas LGBTQIA+; 3) atendimento psicológico; 4) criação de materiais de

inclusão; 5) elaboração de guia; 6) criação de grupo de discussão; 7) conteúdos LGBTQIA+ nos currículos; 8) visibilidade dos regulamentos; 9) eventos culturais e artísticos e 10) efetividade do NUGS.

Em relação à sugestão de oferta de cursos de curta duração (1) as/os participantes enfatizaram a importância de conscientizar e preparar o corpo docente e servidoras/es para lidar de forma inclusiva com estudantes LGBTQIA+. Destacaram a necessidade de orientação e capacitação para abordar questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade, visando um melhor acolhimento.

Para aprimorar esta proposta, sugere-se incluir workshops, palestras e treinamentos práticos com a participação de especialistas no assunto e membros da comunidade LGBTQIA+, proporcionando uma compreensão mais empática das necessidades e desafios enfrentados por tais estudantes.

Palestras ministradas por pessoas LGBTQIA+ à comunidade escolar (2) foram mencionadas como outra ação com potencial de ajudar a superar os desafios na promoção de acolhimento. As/Os participantes expressaram a importância de introduzir atividades mais dinâmicas e diversificadas nas disciplinas de Sociologia, Filosofia e Arte, visando evitar monotonia e estimular o engajamento das/os estudantes. Destacaram a necessidade de promover palestras e outras formas de conscientização para incentivar uma compreensão mais ampla entre as/os estudantes e abordar questões de diversidade com naturalidade. Propõem ainda a inclusão de pessoas LGBTQIA+ como palestrantes em eventos como a Semana da Diversidade, para ampliar a representatividade e dar voz às diferentes experiências e perspectivas.

Uma sugestão de proposta seria diversificar os formatos das palestras e workshops, incluindo painéis de discussão, debates interativos, grupos de trabalho e atividades práticas. Isso poderia aumentar o engajamento do corpo discente e proporcionar uma experiência mais enriquecedora e participativa. Além disso, seria interessante buscar a colaboração com grupos estudantis, organizações da sociedade civil e profissionais especializados em diversidade e inclusão para enriquecer o conteúdo e garantir uma abordagem abrangente e atualizada das questões LGBTQIA+.

Em relação ao atendimento psicológico, as estudantes LGBTQIA+ destacaram a importância de fornecer apoio psicológico e emocional a estudantes que enfrentam discriminação e preconceito. Enfatizaram a necessidade de estar alerta para identificar situações de discriminação e oferecer orientação tanto aos estudantes

quanto aos seus pais ou responsáveis legais. Ressaltaram também a relevância de apoiar a jornada de autodescoberta e construção da identidade desses estudantes, oferecendo assistência psicológica e social adequada. Além disso, sugerem ações informativas, como a divulgação dos procedimentos para solicitação de nome social e a implementação de projetos culturais que promovam a representatividade.

Recomenda-se implementar palestras de sensibilização para toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professoras/es, servidoras/es técnico-administrativos e pais ou responsáveis legais. É importante manter o apoio psicológico no IFSP-PEP e criar espaços seguros onde possam se expressar livremente e receber suporte são essenciais. Além disso, devem ser estabelecidos protocolos claros para lidar com discriminação e preconceito, e fornecer orientações aos pais sobre como apoiar a autoaceitação e às identidades LGBTQIA+ de suas/eus filhas/os.

As/os participantes ressaltaram a importância de criar material de inclusão LGBTQIA+ (4) no IFSP-PEP para promover um ambiente acolhedor. Sugerem a criação de materiais visuais como cartazes, banners e outros materiais que transmitam uma mensagem clara de aceitação e inclusão, desde o início do ano letivo, na Semana de Acolhimento. Estes materiais devem evidenciar que a instituição é favorável a todas as raças, gêneros e orientações sexuais. Além disso, é recomendado incluir discursos e materiais na Semana de Acolhimento que reforcem o compromisso do instituto com a diversidade. O participante EST 4 enfatizou que “uma plaquinha aqui, ali, faz muita diferença” para garantir que as pessoas saibam que o espaço é seguro e inclusivo.

A proposta é criar materiais visuais e políticas escolares que afirmam o acolhimento a todas as identidades de gênero e orientações sexuais, estabelecendo também medidas contra comportamentos discriminatórios.

A criação de um guia orientativo (5) para o acolhimento de pessoas LGBTQIA+ aparece como sugestão para trazer informações sobre como tratar e acolher essas pessoas, reafirmando que o IFSP-PEP deve ser um ambiente de respeito e igualdade. “Uma cartilha, um panfleto, um banner... Um local onde a gente se sentisse apoiado”, afirmou o EST 4, destacando a necessidade de materiais que orientem sobre questões de gênero e sexualidade.

O guia deve fornecer orientações sobre terminologia correta, procedimentos claros e protocolos de suporte para estudantes LGBTQIA+ que enfrentam discriminação ou bullying, garantindo que saibam onde buscar ajuda dentro da

escola. Conforme sugerido por EST 4, é importante que o guia deixe claro que “aqui é um ambiente de aceitação para LGBTQIA+”. O material também servirá de base para atividades e campanhas educativas, sensibilizando a comunidade escolar sobre os direitos e necessidades das/os estudantes LGBTQIA+ no IFSP-PEP.

O material incluiria diretrizes específicas para docentes e profissionais, garantindo que todas/os estejam preparadas/os para apoiar tais estudantes de forma inclusiva. Esse guia promoveria reflexão e diálogo sobre questões de gênero e sexualidade, além de oferecer orientações práticas para um ambiente escolar mais respeitoso.

Houve também a manifestação do desejo de criação de espaços de discussão e reflexão em grupo (6) sobre questões relacionadas à sexualidade, identidade de gênero e diversidade. A proposta inclui promover eventos que valorizem a comunidade LGBTQIA+ e promovam a conscientização e normalização da diversidade no IFSP-PEP. Também destacaram a importância de ampliar o diálogo para além da orientação sexual, fortalecendo uma cultura inclusiva e de respeito mútuo.

Sugere-se a formação de grupos de discussão, em parceria com representantes do NUGS ou comitê, voltados para questões de diversidade, onde estudantes possam compartilhar experiências, esclarecer dúvidas e implementar políticas de inclusão. Além disso, propõe-se organizar eventos regulares de valorização LGBTQIA+, integrando essas atividades ao calendário institucional. Essas iniciativas não só criariam um espaço para a expressão das/os estudantes, como também promoveriam uma maior compreensão e aceitação da diversidade no ambiente acadêmico.

Soma-se às sugestões, a inclusão de conteúdos LGBTQIA+ nos currículos escolares (7). A ausência de referências LGBTQIA+ nos materiais didáticos e currículos foi apontada como uma lacuna significativa que reforça a invisibilidade e o não reconhecimento dessas comunidades no ambiente educacional. Destacam a necessidade de preparar o corpo docente para abordar esses temas de forma inclusiva, acolhedora e sem preconceitos, promovendo uma educação mais diversa e representativa.

Uma solução seria revisar e atualizar o currículo, integrando a história, conquistas e contribuições das comunidades LGBTQIA+ em diversas disciplinas. Além disso, capacitar o corpo docente para tratar esses temas com sensibilidade e

respeito é essencial.

A visibilidade dos regulamentos LGBTQIA+ (8) é de grande importância aos participantes. A necessidade de maior visibilidade e compreensão dessas regulamentações no IFSP-PEP foi destacada por participantes como EST 4, SERV 3 e SERV 5. Ressaltaram a importância de estudantes e servidoras/es estarem cientes de órgãos institucionais como o NUGS, o Comitê de Direitos Humanos e eventos como a Semana da Diversidade. Embora existam diretrizes no IFSP e IFSP-PEP, há uma carência de divulgação efetiva, dificultando o acesso a essas informações.

Para melhorar essa situação, sugere-se implementar campanhas de conscientização e divulgação de regulamentos por meio de murais, mídias sociais e eventos voltados para a diversidade e inclusão. Também seria benéfico desenvolver materiais informativos claros, explicando os direitos e recursos disponíveis para estudantes LGBTQIA+, além de destacar os procedimentos internos, como medidas disciplinares e apoio em situações de conflito. A divulgação durante a Semana de Acolhimento no início de cada semestre também é essencial para garantir que a comunidade conheça os órgãos institucionais e as políticas de inclusão.

Alguns participantes destacaram que para promover o acolhimento de estudantes LGBTQIA+ no IFSP-PEP, é essencial organizar eventos culturais e artísticos (9) que abordem essa temática. Ressaltaram a importância de trabalhar a parte pedagógica com as/os estudantes, sugerindo atividades como paradas temáticas e expressões artísticas que celebrem a diversidade. Observou-se que as paredes da instituição são “muito frias” e que incorporar estímulos visuais, como murais e exposições, ajudaria a tornar o ambiente mais acolhedor e inclusivo.

SERV 2 também sugeriu a realização de eventos artísticos para criar um espaço mais receptivo. Durante a Semana da Diversidade, além das palestras sobre temas LGBTQIA+, seria proveitoso organizar atividades educativas e culturais, envolvendo as/os estudantes na criação de representações visuais que reflitam suas identidades e experiências, enriquecendo o ambiente acadêmico.

Por fim, a maioria das/os participantes destacou a necessidade de melhorar a efetividade das ações do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) no IFSP-PEP (10). SERV 5 comentou que o NUGS deveria ter uma representação mais visível e ativa no *Campus* PEP, já que suas ações são percebidas como esporádicas, como a Semana da Diversidade. SERV 2 reforçou que, ao contrário de outros núcleos com articulação central e local, o NUGS atua de forma pouco frequente. SERV 3

reconheceu as ações do NUGS, mas acredita que ainda há muito a melhorar para atingir a plena efetividade. SERV 4 também mencionou a falta de visibilidade e de ações específicas por parte do NUGS.

Sugere-se, como forma de aprimoramento, aumentar a visibilidade e a frequência das atividades do NUGS, promovendo uma maior integração com os estudantes por meio de eventos contínuos, como palestras e debates, o que garantirá uma atuação mais abrangente e inclusiva.

Com base em uma das sugestões das/os participantes, foi elaborado um PE visando sistematizar ações a serem desenvolvidas pelo IFSP-PEP, visando promover o acolhimento das/os estudantes da comunidade LGBTQIA+ na EPT. Este produto refere-se ao Guia Orientativo apresentado no próximo capítulo.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: O GUIA ORIENTATIVO PARA EPT

A partir dos resultados da presente pesquisa, à luz dos preceitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), foi elaborado um Produto Educacional (Figura 1), intitulado “Respeitando as diferenças: Guia para acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na Educação Profissional e Tecnológica”.

Figura 3 – Página inicial do Produto Educacional



Fonte: Elaborada pela autora.

O guia interativo foi desenvolvido para promover a inclusão de estudantes LGBTQIA+ no IFSP-PEP, fornecendo informações sobre os conceitos e diferenças de gênero e sexualidade, com o intuito de apoiar o acolhimento dessas/es estudantes em diversos espaços, para contribuir com a conscientização e fomentar o respeito à diversidade tanto no ambiente educacional quanto na sociedade em geral.

A elaboração do guia foi justificada pela necessidade indicada pelas/os participantes da pesquisa de um acolhimento mais eficaz das/os estudantes LGBTQIA+. Seu *designer* traz recursos visuais como ícones, figuras, imagens, além de informações textuais. Ele também contém *links*⁸ que remetem a pessoa a outras

⁸ Um elemento, palavra ou trecho destacado que permite, com um clique, direcionar o usuário para outro elemento, documento ou site.

páginas referentes ao conteúdo abordado, facilitando o acesso a mais informações.

Baseado nas percepções das/os participantes sobre a temática proposta, o guia apresenta sugestões de práticas de acolhimento a serem adotadas como parte das políticas educacionais da instituição. Ele é fundamentado pelos preceitos da EPT, conceitos de gênero e sexualidade, e pelas práticas recomendadas para criar um ambiente educacional inclusivo.

O guia foi elaborado para estudantes, servidoras/es e toda a comunidade acadêmica do IFSP-PEP, porém ele pode ser utilizado por qualquer pessoa interessada em compreender os conceitos de gênero, sexualidade e acolhimento a pessoas LGBTQIA+. Órgãos como o NUGS e o Comitê podem utilizar o guia para promover práticas de acolhimento, incentivo a permanência e, por conseguinte, promoção de formação humana integral.

Figura 4 – Página com índice do Guia Interativo



Fonte: Elaborada pela autora.

O índice (Figura 2) permite à pessoa navegar de acordo com suas necessidades e interesses, sem a obrigatoriedade de seguir um caminho linear, embora a linearidade também seja sugerida. Foram utilizadas ferramentas digitais para criar conteúdo interativo e envolvente para o guia, garantindo sua acessibilidade e usabilidade por toda a comunidade acadêmica.

Para conhecer o guia (Apêndice D) para acolhimento de estudantes LGBTQIA+ no IFSP-PEP é possível ser acessado pelo link: <https://view.genially.com/66d0b8b8d266523b01c40e89/guide-respeitando-as-diferencas-guia-interativo-final>

5.1 Aplicação e Avaliação do Produto Educacional

Para aplicação e avaliação do Guia Interativo, foi planejada uma palestra direcionada a estudantes do terceiro ano do Ensino Médio Integrado aos cursos técnicos em Informática e Mecatrônica, do IFSP-PEP.

A avaliação ocorreu logo após a palestra, momento em que foi disponibilizado formulário digital elaborado no Google Forms, acessível via *QR code*⁹. As questões foram de múltipla escolha, algumas delas no formato de escala Likert, variando de 1 (muito ruim) a 4 (excelente), totalizando 11 questões fechadas e 1 aberta, abordando conteúdo, *design*, usabilidade, relevância, satisfação geral, entre outros aspectos, além de espaço para sugestões de melhorias.

Além das/os estudantes, todas/os as/os servidoras/es do IFSP-PEP e as/os participantes da pesquisa foram convidados por e-mail a visualizar o guia interativo e, posteriormente, avaliá-lo. O *link* para o guia e para o formulário de avaliação foi compartilhado, concedendo um prazo para a testagem e avaliação do material. No total, foram recebidas 48 avaliações, sendo 34 estudantes, 10 técnicos-administrativos e 4 docentes. O quadro 7 abaixo apresenta o resultado da avaliação:

Quadro 7 - Resultado da avaliação do Produto Educacional

Aspecto avaliado	Avaliação	N.º de Pessoas
Organização dos conteúdos	Excelente	36
	Bom	12
Importância dos conteúdos	Excelente	38
	Bom	7

⁹ Trata-se de uma imagem frequentemente utilizada para facilitar o acesso a links, sites, documentos, imagens, vídeos ou diversos tipos de arquivos digitais.

	Ruim	3
Clareza e atratividade	Excelente	40
	Bom	8
Aparência visual	Excelente	36
	Bom	11
	Ruim	1
Navegabilidade	Excelente	33
	Bom	14
	Ruim	1
Aplicabilidade	Excelente	34
	Bom	13
	Ruim	1
Nota avaliativa	Excelente	37
	Bom	9
	Ruim	1
	Muito ruim	1
Recomendação a outras pessoas	Sempre	23
	Majoria das vezes	16
	Talvez	7
	Nunca	2
Contribuição para um ambiente inclusivo	Concordo total	34
	Concordo parcial	11
	Discordo parcial	2
	Discordo total	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

No final foi disponibilizada uma questão dissertativa, para que as/os participantes pudessem expressar suas considerações, sugerindo melhorias, elogios ou críticas ao guia. Foram recebidas 17 respostas, em sua maioria contendo elogios repetidos, como “esclarecedor”, “completo”, “contribuição”, “informativo”, e “excelente/ótimo trabalho”, além de várias sugestões construtivas.

Realizaram-se as modificações pertinentes para aprimorar o guia, destacando-se as seguintes mudanças:

- Redução na quantidade de ícones “pulando” e suavização dos movimentos, resultando em um visual mais leve e agradável, uma vez que este foi o ponto com maior número de críticas.
- Inserção da palavra “menu” para destacar os botões laterais e facilitar a navegação, seguindo uma sugestão recebida.
- Reorganização das páginas e da aba do menu para evitar confusões aos leitores. Inserção de elementos indicativos nos botões interativos, além de tornar os botões automáticos com núcleos escuros após o acesso aos conteúdos para evitar a perda de informações importantes ao “clicar e voltar”.
- Revisão dos termos e adição de definições, principalmente do termo “queer”, conforme sugestão recebida.

Alguns pontos foram identificados como possíveis melhorias e geraram discussões. São eles:

- *“O visual parece muito infantilizado para a faixa etária. O IF atende adolescentes e adultos”*. Aqui não ficou totalmente claro o que foi sugerido, mas consideramos reduzir as cores ou remover algumas imagens.
- *“Achei ele excelente, mas poderia ter a opção de áudio para pessoas com deficiência visual”*. Embora a sugestão seja válida, a plataforma utilizada no guia não permite a implementação de áudio, o que inviabiliza essa sugestão.
- *“Acredito que o botão voltar também poderia fazer o movimento”*. Considerando o *feedback* sobre o excesso de movimentos, optamos por manter o botão “voltar” sem animações adicionais.
- *“Não há esclarecimento acerca da diferença entre ‘trans’ e ‘cis’, acho interessante acrescentar na parte de conceitos”*. Embora os conceitos de trans e cis já estivessem no guia, ajustamos os botões interativos e adicionamos um elemento de destaque para garantir que essas informações sejam acessadas.

- *“Após responder o Quiz, o botão confirmar não ficou habilitado, testei 3 vezes e em nenhuma delas funcionou”. “No celular o layout do guia não fica com o melhor formato, as letras ficam um pouco pequenas. Minha opinião seria bom realizar testes em diversos dispositivos para ver se fica bom em todos dispositivos”.* Em relação ao botão não estar habilitado, o guia foi testado diversas vezes e estava funcionando corretamente. Quanto ao *layout*, testamos o guia em vários dispositivos, mas é possível que a formatação varie dependendo do modo de visualização (vertical ou horizontal). Recomendamos visualizar o guia no modo horizontal para melhor legibilidade.

Após a introdução das modificações, os resultados obtidos com a aplicação e avaliação do guia demonstram que, de modo geral, o produto foi bem recebido pelas/os participantes, com avaliações positivas em aspectos como organização, clareza, relevância e aplicabilidade. Além disso, as sugestões recebidas foram fundamentais para o aprimoramento do guia, permitindo ajustes importantes que melhor atendem às necessidades das/os usuárias/os.

De forma geral, a análise dos dados, incluindo levantamento de documentos, entrevistas e a aplicação do PE, revela que o guia atende positivamente aos critérios avaliativos desta pesquisa. Foi possível identificar as diretrizes institucionais existentes no IFSP que orientam o acolhimento às/aos estudantes LGBTQIA+, evidenciando o compromisso da instituição com a inclusão e a diversidade. As formas de acolhimento percebidas por estudantes e servidoras/es, especialmente por meio da Semana da Diversidade, demonstram que a instituição está atenta às necessidades dessa comunidade.

Além disso, o guia desenvolvido, ao trazer sugestões de práticas de acolhimento, contribui significativamente para a promoção de um ambiente mais receptivo. Assim, ele se confirma como um recurso essencial para enriquecer as metodologias de ensino no IFSP-PEP. Em conjunto, o guia representa uma importante contribuição para a promoção do acolhimento, embasada nas percepções da comunidade acadêmica e nas práticas institucionais observadas.

Com base nos resultados apresentados e nos passos do Arco de Magueréz, a observação da realidade evidenciou diretrizes e lacunas no acolhimento de estudantes LGBTQIA+ no IFSP. As entrevistas revelaram desafios no ambiente acadêmico, e os documentos analisados destacaram o compromisso da instituição

com a inclusão e a diversidade.

Desse modo, os principais pontos-chave, através das percepções de estudantes e servidoras/es sobre políticas de acolhimento, mostraram que, embora haja diretrizes, ainda faltam orientações específicas, contribuindo para a invisibilidade dessa comunidade. Na etapa de teorização, discutimos conceitos de acolhimento e diversidade, correlacionando-os às práticas do IFSP.

Em seguida, na etapa de hipóteses de solução, desenvolvemos um guia interativo como um recurso de apoio para estudantes LGBTQIA+, fundamentado em evidências. Este guia traz sugestões de práticas de acolhimento, contribuindo significativamente para a promoção de um ambiente mais receptivo.

Durante a aplicação à realidade, implementamos o guia interativo como prática de sensibilização para a comunidade acadêmica do IFSP-PEP. O feedback das/os participantes indicou oportunidades de aprimoramento, permitindo aplicar soluções teorizadas e confirmando o guia como um recurso essencial para promover um ambiente inclusivo, com orientações para aprimorar as práticas pedagógicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual nas instituições educacionais, especialmente no contexto do Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio (IFSP-PEP), foi mostrada não apenas relevante, mas essencial, dada a diversidade presente entre as/os estudantes. A escola desempenha um papel essencial na promoção da transformação social e cultural, ao oferecer um ambiente inclusivo e acolhedor para todas/os as/os estudantes, independentemente de suas identidades.

A motivação para esta pesquisa originou-se tanto da observação direta quanto da experiência profissional da pesquisadora, que atua como Assistente de Alunos no IFSP-PEP. O interesse pelo tema foi impulsionado por um incidente envolvendo um aluno transexual que solicitou o uso do sanitário masculino, evidenciando a falta de preparação do IFSP-PEP para atender as necessidades específicas das/os estudantes LGBTQIA+.

Ao longo da pesquisa, foram investigadas três questões principais. Em relação à primeira questão norteadora da pesquisa, “há diretrizes institucionais de orientação a ações de acolhimento de estudantes LGBTQIA+?”, percebemos que existem documentos como o PDI, portarias, ofício e regulamento que trazem algumas orientações sobre o acolhimento de estudantes LGBTQIA+ no IFSP.

Quanto à segunda questão, “como estudantes LGBTQIA+ têm sido acolhidas/os pelo IFSP-PEP?”, percebemos que tanto as/os estudantes quanto servidoras/es identificam algumas ações de acolhimento dentro da instituição, como a Semana da Diversidade; inclusão de nome social; palestras e eventos; debates e discussões; suporte psicológico; Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero e Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS). No entanto, indicaram melhorias necessárias, como cursos de curta duração; palestras por pessoas LGBTQIA+; atendimento psicológico; criação de materiais inclusivos; elaboração de guia; criação de grupo de discussão; inclusão de conteúdos LGBTQIA+ nos currículos; maior visibilidade dos regulamentos; eventos culturais e artísticos e a efetividade do NUGS.

Na terceira questão norteadora, “quais práticas pedagógicas de acolhimento podem ser promovidas para estudantes LGBTQIA+ durante o período de estudo?”, nos levou à criação de um guia que oferece sugestões para práticas pedagógicas que

podem ser integradas ao cotidiano acadêmico, como atividades contínuas de sensibilização e a promoção de espaços de diálogo, entre outros. Tais práticas têm o potencial de contribuir significativamente para a inclusão e suporte às/aos estudantes LGBTQIA+. Essas questões norteadoras foram elaboradas com base nos objetivos específicos da pesquisa, e, ao serem respondidas, os objetivos foram contemplados.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no contexto do IFSP-PEP. Os resultados indicam que, embora o IFSP-PEP demonstra um compromisso significativo com a inclusão, evidenciado por iniciativas como a Semana da Diversidade, ainda há necessidade de ajustes e melhorias.

A metodologia adotada na pesquisa foi de caráter qualitativo, utilizando a entrevista e questionário como instrumentos de coleta de dados. O estudo contou com a participação de 10 estudantes LGBTQIA+ e 5 servidoras/es técnico-administrativos do IFSP-PEP. Como fruto do resultado da pesquisa, foi desenvolvido como produto educacional um guia interativo voltado para o acolhimento de estudantes LGBTQIA+.

Duas lacunas nesta pesquisa merecem atenção. Primeiramente, é importante ouvir outras vozes presentes no ambiente educacional, como professoras/es, gestoras/es ou outras/os profissionais da comunidade escolar, para aumentar o nível de inclusão das pessoas LGBTQIA+. Em segundo lugar, o foco no IFSP-PEP limitou a compreensão sobre como as políticas de acolhimento são aplicadas em diferentes locais. Estudos comparativos poderiam revelar variações e boas práticas que poderiam ser adaptadas e implementadas no IFSP-PEP.

Para futuras pesquisas, é essencial aprofundar a análise do acolhimento a estudantes LGBTQIA+ em diferentes contextos educacionais, incluindo outros campi do IFSP, para identificar boas práticas que possam ser replicadas. Além disso, recomendamos a ampliação do escopo para incluir as percepções de professores/as, gestores/as e outros membros da comunidade acadêmica, buscando uma visão mais abrangente sobre as estratégias de inclusão.

Acreditamos que os resultados desta pesquisa poderão servir como base para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade. Além disso, esperamos que este trabalho incentive outras instituições a refletirem sobre suas próprias práticas de acolhimento para buscarem constantemente melhorias para garantir um ambiente educativo mais justo e equitativo para todas/os as/os estudantes. O avanço científico nessa direção tem o potencial de

fortalecer a inclusão de estudantes LGBTQIA+ e promover uma cultura de respeito e apoio dentro da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica em geral.

REFERÊNCIAS

- ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria da Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.
- ACOLHIMENTO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acolhimento/>. Acesso em: 18 maio 2023.
- ALVES, F. O.; KESSLER, C. S.; COSTA, V. F... Grupo de apoio e debate de questões LGBTQIA+: local de fala, escuta e saúde mental dentro da universidade pública. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2021. ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1630335244_ARQUIVO_c03aa53800f2ed9505959d5be7ab3204.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.
- BALDO, A. K.. **Inventário de práticas de estudos para adolescentes no Ensino Médio Integrado e seus efeitos para psicologia escolar no IFSP**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13725739. Acesso em: 22 out. 2024.
- BARROS, D. T.. **A experiência travesti na escola: entre nós e estratégias de resistências**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10291/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Daniela%20Torres%20Barros.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BERBEL, N. A. N. **A metodologia da problematização com o Arco de Magueréz: uma reflexão teórico-epistemológica**. Londrina: EDUEL, 2012.
- BRAGA, D. da S.. **Heteronormatividade e sexualidades LGBT: repercussões dos discursos escolares sobre sexualidade na constituição das sexualidades não normativas**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 jul. 2024.
- BRASIL. Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e

fundacional. Brasília, DF: **Presidência da República**, 28 abr. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 16 mai_o 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília, DF: **Coleção de Leis do Brasil**, 25 fev.1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Presidência da República**, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: **Presidência da República**, 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 7 ed. Brasília, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD. n. 4. Brasília: MEC/SECAD, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/8116667/CADERNOS_SECAD_4_Secretaria_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Continuada_Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o_e_Diversidade . Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS-Acolhimento com avaliação e classificação de risco**: um paradigma ético-estético no fazer em saúde. Brasília, 2004. Disponível em: <https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Resolução n.º 12, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas as que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 12 mar. 2015.

BUTLER, Judith P.. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Tradução: Renato Aguiar.

BUTLER, Judith P.. **Notes towards a performative theory of assembly**. Harvard: Harvard University Press, 2015. Tradução: Leandro Soares da Silva. Eunápolis: UNEB, 2017.

BUTLER, Judith P.. **TROUBLE, Gender**. Feminism and the Subversion of Identity. Gender trouble, v. 3, n. 1, 1990. Disponível em: http://www.kyoolee.net/GENDER_TROUBLE_-_Preface_-_Butler.pdf Acesso em: 16 maio 2023.

CIAVATTA, M.. Trabalho como princípio educativo. *In*: PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. L. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2 ed., p. 408-415, 2008. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

CIAVATTA, M.. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 16 maio 2023.

CONOPCA, M. do C. **Caminhos da gestão: o nome social como ferramenta para a identidade de gênero dos discentes transexuais na Educação Profissional e Tecnológica do IFES – Campus Colatina a partir do Decreto 8.727/2016**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

COVAS, F. S. N.; BERGAMINI, Lucas Martins. Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 54892-54913, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. **Cartilha de atendimento, acolhimento, acompanhamento e tratamento adequado ao público LGBTI no sistema socioeducativo do Distrito Federal**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kIV1C6YDCfzCOIns2tSs3cBROch9kXzS/view>. Acesso em: 20 maio 2023.

FAUTH, A. F. K.. **Gênero e sexualidade em cena: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para diversidade**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Charqueadas, 2019.

FOUCAULT, M.. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.. **Métodos de pesquisa**. Organizado por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 04 jan.

2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIA. *In*: DICIO, Dicionário brasileiro de língua portuguesa. [s.l.]: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 17 maio 2023.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Coordenadoria Sociopedagógica**. Campus Presidente Epitácio, 2024. Disponível em: <https://pep.ifsp.edu.br/index.php/sociopedagogica>. Acesso em: 26 mar. 2024.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Documento Orientador**. Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade. Instituto Federal de São Paulo, 2022a. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Nucleos/Nugs/Documento_Orientador_Nugs_FINAL_set.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Ofício n°6/2022. Nota técnica, tratamento de situações com alunes transgêneres**. Campus Presidente Epitácio, 2022b. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Nucleos/Nugs/NT_NUGS_Tratamento-de-situacos-de-alunes-trans_20220825.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero**. Instituto Federal de São Paulo., 2021a. Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Nucleos/Nugs/Orientaes_Linguagem_Inclusiva_NUGS.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023)**. Instituto Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Portaria n.º 2.102, de 13 de maio de 2014**. Assegura aos servidores públicos, estudantes e trabalhadores terceirizados, IFSP o uso do nome social adotado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/Nucleos/Nugs/Mai_Port_2102_Uso_do_nome_social_RET.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Portaria N.º- 5700-2021**. Aprova o Regulamento do Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade (Nugs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. IFSP, 2021b. Disponível em:

<https://sippag.ifsp.edu.br/portarias/visualizar/?numero=5700&ano=2021&hash=EED E842E952BEDA225407427F2DF773C>. Acesso em: 17 maio 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Regulamento Interno do Comitê para Promoção dos Direitos Humanos, Igualdade Étnico-racial e de Gênero**. Campus Presidente Epitácio, 2020. Disponível em: https://pep.ifsp.edu.br/images/PDF/comite-direitos-humanos/2020/09/Regulamento_Interno_Comite.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Sobre o campus**. Campus Presidente Epitácio, 2023. Disponível em: <https://pep.ifsp.edu.br/index.php/o-campus>. Acesso em: 17 maio 2023.

JESUS, J. G.. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

JOST, I.. **Ingresso de jovens no ensino médio**: práticas de acolhimento nos cursos técnicos integrados no IFFAR campus São Vicente do Sul. IFRS campus Jaguari/RS. 2019. 111 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7901528. Acesso em: 09 ago. 2023.

KUENZER, A. Z. (org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LAPOLLI, É. M.; PARANHOS, W. R.; WILLERDING, Inara Antunes Vieira. **DIVERSIDADES**: o BÊ-Â-BÁ para a compreensão das diferenças. Florianópolis: Pandion, v. 144, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SZQwLz7ppGHid2p4Fp7bdu6bUmRcoaGI/view>. Acesso em: 16 maio 2023.

LEMOS, R. B. de C.. **A monitoria na Educação Profissional e Tecnológica**: contribuições para o seu entendimento por meio de um manual interativo. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

LOURO, G. L.. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente** – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31>. Acesso em: 17 maio 2023.

LOURO, G. L.. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acesso em: 17 maio 2023.

LOURO, G. L.. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em revista**, n. 46, p. 201-218, 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982007000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 maio 2023.

LOURO, G. L.. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 6 ed. 1997.

MAGALHÃES, L. O. *et al.* **Linguagem neutra**: aplicações na literatura contemporânea. Estudos Interdisciplinares da Linguagem e Ensino - Volume 2. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92234>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MEDEIROS, J.. GESUAS. **Acolhimento Institucional**: o que é e quais as modalidades? Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/acolhimento-institucional/#:~:text=O%20acolhimento%20institucional%20%C3%A9%20um,a%20garantir%20sua%20prote%C3%A7%C3%A3o%20integral>. Acesso em: 15 de dez. 2022.

MORAES, M. C. D. C.. **Acolhimento estudantil como prática escolar na EPT**: uma busca pela permanência e superação da evasão. IFAC campus Rio Branco/AC. 2022. 134 f. Dissertação (Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11631818. Acesso em: 09 ago. 2023.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C.. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MORAES *et al.* TODXS. **Guia Escolas-Como criar um ambiente escolar mais inclusivo para todas as pessoas**. 2023. Disponível em: <https://todxs.org/2024/05/27/guia-escolas-como-criar-um-ambiente-escolar-mais-inclusivo-para-todas-as-pessoas/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MORAES *et al.* TODXS. **Guia de boas práticas-Mês da visibilidade trans e travesti**. 2024. Disponível em: <https://todxs.org/2024/05/27/guia-de-boas-praticas-mes-da-visibilidade-trans-e-travesti/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MORAIS, J. de A. C. de. **Gênero e Diversidade Sexual**: as experiências de estudantes LGBTI+ na Educação Profissional e os desafios no mundo do trabalho. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, 2020.

MOTTA, F. N.. Notas sobre o Acolhimento. **Educação em Revista Belo Horizonte** v.30 n.04 p.205-228 Outubro-Dezembro 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/w6GqBPzMmr7mmGwzryfXc7z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MOURA, D. H.. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549273001.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

NOGUEIRA, M. G. P.. **Itinerários adaptativos para acolhimento dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Paraíso do Tocantins - IFTO**. IFTO campus Palmas/TO. 2023. 75 f. Dissertação (Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Tocantins, campus Palmas. Disponível em: <http://portal.ifto.edu.br/profept/dissertacoes/dissertacao-completa-goretti.pdf/view>. Acesso em: 09 ago. 2023.

OLIVEIRA, P. C.. A importância do ensino sobre questões de gênero na Educação. *In: SEMINÁRIO DE ESTÁGIO EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 2., 2011, Londrina, PR, p. 02-15. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PACHECO, E. **Fundamentos políticos-pedagógicos dos institutos federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. p.67. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%20tico-Pedago%20gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 maio 2023.

PACHECO, E. (org.) **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo, Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 16 maio 2023. Paulo: Cortez, 2017.

PINHEIRO, L. R. R.. **Linguagem neutra:** a reestruturação do gênero no Português brasileiro frente às mudanças sociais. 2020. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28202/1/2020_LarissaRobertaRosaPinheiro_tcc.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

PORTELA, M.. **Acolhimento:** estratégia ou função? Disponível em: <https://marcoaportela.wordpress.com/2015/01/26/acolhimento-estrategia-ou-funcao-artigo/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REIS, T., **Manual de comunicação LGBTI+** [livro eletrônico]. Organização: Toni Reis, Simón Cazal. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 1). Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

REIS, T., **Manual de educação LGBTI+** [livro eletrônico]. Organização: Toni Reis, Simón Cazal. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 2). Disponível em: https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacaoGaylatino_2021_v_25_11_2021_-_WEB.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

ROCHA, A. P. Q.. **Educação, gênero e cidadania: a formação para a diversidade no ensino médio integrado ao técnico da Educação Profissional e Tecnológica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, 2020.

SANTOS, É. S.. **(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru-PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Caruaru, 2018.

SAVIANI, D.. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n.34, p.152-165, abr. 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 02 maio 2023.

SILVEIRA, C. E.. **Acolhimento de estudantes LGBTQIA+ em colégios estaduais do município de Foz do Iguaçu**. 2022. 115 f. Dissertação (Pós-Graduação em Ensino) – PPGEn, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste, Foz do Iguaçu, Paraná, 2022. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6456/5/Carlos_Eduardo_Silveira_2022.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

STRAPAZZON, J. A.. **O atendimento ao público LGBTQI+ no campus Camboriú – Instituto Federal Catarinense: por uma política institucional não excludente no Ensino Médio integrado**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Catarinense campus Blumenau, 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - ESTUDANTES ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES LGBTQIA+

Prezado (a) Estudante,

Você está sendo convidado(a) a responder essa entrevista que visa entender como é acolhido os estudantes LGBTQIA+ no contexto da instituição IFSP–*Campus* Presidente Epitácio (IFSP-PEP). Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do IFMS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que desenvolvemos, cujo objetivo é analisar as estratégias de acolhimento aos estudantes LGBTQIA+ no contexto do Instituto Federal de São Paulo - *Campus* Presidente Epitácio.

- 1) Ao ingressar na instituição foi realizada alguma ação para que você se sentisse acolhido pelos demais colegas, professores e servidores de forma geral? Se sim, como foi?
- 2) Quais foram as principais experiências positivas de acolhimento que você teve no IFSP — *Campus* Presidente Epitácio?
- 3) Na sua opinião, quais são as principais necessidades dos(as) estudantes LGBTQIA+ em relação ao acolhimento na instituição? Como você acha que essas necessidades podem ser atendidas?
- 4) Quais são os principais desafios que você enfrenta ou já enfrentou como estudante LGBTQIA+ no IFSP — *Campus* Presidente Epitácio?
- 5) Como você percebe a atuação dos servidores em relação ao acolhimento de estudantes LGBTQIA+ no IFSP-*Campus* Presidente Epitácio? Você percebe que os servidores estão preparados para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero?
- 6) Sente que a instituição oferece suporte adequado para estudantes LGBTQIA+?
- 7) Você sente que a instituição oferece orientação ou campanha (palestra, debate, sala de aula) específica para estudantes LGBTQIA+ em questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e combate à discriminação?
- 8) Você tem conhecimento da existência de políticas ou diretrizes institucionais no campus que visam promover a diversidade e inclusão, especialmente em relação aos estudantes LGBTQIA+? Quais são que você conhece e como você avalia sua aplicação?
- 9) Na sua percepção, como o IFSP-*Campus* Presidente Epitácio poderia promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo para estudantes LGBTQIA+?

Muito Obrigada pela participação!

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - SERVIDORES

Prezado(a) Servidor(a),

Você está sendo convidado(a) a responder esse questionário que visa entender como é acolhido os estudantes LGBTQIA+ no contexto da instituição IFSP–*Campus* Presidente Epitácio (IFSP-PEP). Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do IFMS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que desenvolvemos, cujo objetivo é analisar as estratégias de acolhimento aos estudantes LGBTQIA+ no contexto do Instituto Federal de São Paulo - *Campus* Presidente Epitácio.

- 1) Você tem conhecimento de alguma ação ou atividade realizada quando os(as) estudantes ingressam na instituição? Se sim, descreva as ações que você conhece e acredita que contribuem para o acolhimento desses estudantes?
- 2) Na sua opinião, quais foram as principais experiências positivas de acolhimento que você observou que os(as) estudantes tiveram no IFSP-*Campus* Presidente Epitácio?
- 3) Na sua opinião, quais são as principais necessidades dos(as) estudantes LGBTQIA+ em relação ao acolhimento na instituição? Como você acredita que os(as) servidores(as) podem contribuir para atender essas necessidades?
- 4) Na sua perspectiva, quais são os principais desafios que os(as) estudantes LGBTQIA+ enfrentam no IFSP — *Campus* Presidente Epitácio?
- 5) Como você percebe a atuação dos servidores em relação ao acolhimento de estudantes LGBTQIA+ no IFSP-*Campus* Presidente Epitácio? Você acredita que os servidores estão preparados para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero?
- 6) Na sua opinião, a instituição oferece suporte adequado para estudantes LGBTQIA+?
- 7) Na sua opinião, a instituição oferece orientação ou campanha (palestra, debate, sala de aula) específica para estudantes LGBTQIA+ em questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e combate à discriminação?
- 8) Você tem conhecimento da existência de políticas ou diretrizes institucionais no campus que visam promover a diversidade e inclusão, especialmente em relação aos estudantes LGBTQIA+? Quais são que você conhece e como você avalia sua aplicação?
- 9) Na sua percepção, como o IFSP-*Campus* Presidente Epitácio poderia promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo para estudantes LGBTQIA+?

Muito Obrigada pela participação!

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Estudantes e Servidores(as),

Este formulário representa o instrumento de avaliação do guia interativo intitulado “Respeitando as diferenças: Guia para acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na Educação Profissional e Tecnológica”. O guia é o resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), com o título “Identidade de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: olhares sobre o acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no IFSP”. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no contexto do Instituto Federal de São Paulo-*Campus* Presidente Epitácio.

Gostaria de convidar todos (as) para responderem cuidadosamente as seguintes questões:

1 – Qual é a sua idade? _____

2 – No IFSP-*Campus* Presidente Epitácio, você é:

Estudante

Estudante Egresso(a)

Professor (a)

Servidor (a) Administrativo (a)

Comunidade Externa

3 – Qual é a sua opinião sobre a organização dos conteúdos em termos de sequência e compreensão?

Excelente Bom Ruim Muito ruim

4 – Como você avalia a relevância dos conteúdos oferecidos no guia para o seu aprendizado?

Excelente Bom Ruim Muito ruim

5 – Como você avalia a clareza e atratividade do texto do guia interativo?

Excelente Bom Ruim Muito ruim

6 – Como está a apresentação visual do Guia (tamanho, cores, ícones, ilustrações, figuras, textos, etc.)?

Excelente Bom Ruim Muito ruim

7 — Como você avalia a navegação do guia interativo?

Excelente Bom Ruim Muito ruim

8 – Você considera a aplicabilidade das atividades, conhecimentos ou informações do guia:

Excelente Bom Ruim Muito ruim

9 – De forma geral, qual NOTA você daria ao guia interativo?

Excelente Bom Ruim Muito ruim

10 – Você recomendaria o Guia interativo para um amigo(a) ou colega?

Nunca Talvez A maioria das vezes Sempre

11 – O Guia pode contribuir para a promoção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor nas instituições de ensino.

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

12 – Você tem alguma sugestão específica de melhoria para o Guia Interativo? Este é o espaço para deixar suas críticas, elogios e sugestões.

APÊNDICE D - PRODUTO EDUCACIONAL

The infographic features a colorful background with vertical stripes in purple, blue, green, yellow, orange, and pink. At the top left is the logo of Instituto Federal Mato Grosso do Sul. At the top right is the logo of PROFEPT (Instituto Profissional e Tecnológico) do Instituto Federal Mato Grosso do Sul. The main title is presented in a brown box with a hanging string effect. Below the title is a white box with a red header for the 'Descrição' section. At the bottom, a green button with a black border is flanked by two black curved arrows pointing towards it. Below the button is a white box with an orange header for the 'AUTORAS' section, which includes an icon of an open book and the names of the authors.

INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

PROFEPT
INSTITUTO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO
INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

APRESENTAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL

Respeitando as diferenças: Guia para acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na Educação Profissional e Tecnológica

Descrição

O produto educacional é fruto da pesquisa de mestrado intitulada “Identidade de gênero na Educação Profissional e Tecnológica: olhares sobre o acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no IFSP”, realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) - Campus Campo Grande. O principal objetivo do estudo foi analisar as estratégias de acolhimento a estudantes LGBTQIA+ no contexto do Instituto Federal de São Paulo-Campus Presidente Epitácio, buscando compreender as percepções tanto dos estudantes LGBTQIA+ quanto dos servidores. O resultado é este guia interativo, que visa divulgar informações relevantes sobre gênero e sexualidade, com ênfase especial no acolhimento desses estudantes, promovendo um ambiente educacional mais justo, inclusivo e acolhedor.

ACESSE AQUI

AUTORAS

Mitsuko Hatsumura
Azenaide Abreu Soares Vieira

Atenção: Você poderá acessar o guia interativo pelo link:
<https://view.genially.com/66d0b8b8d266523b01c40e89/guide-respeitando-as-diferencas-guia-interativo-final>